

MULHERIO

ANO 1, Nº 3, SETEMBRO/OUTUBRO 1981,

Cr\$ 80,00



**POLÍTICA É
ASSUNTO DE MULHER?**



A mãe solteira e o crediário

Por favor, não mudem o nome do jornal. Mulherio é adulto e assumido. Adoro quando dizem "essa mulher" referindo-se a mim. Adoro ser parte de um mulherio valente. Conto uma experiência que talvez interesse ao jornal. Fui fazer compra na Mesbla de Marília abrir um crediário. Ao preencher a ficha, a funcionária escreveu "casada" sem me consultar, pois eu estava em companhia de minha filha. Ai perguntou: "Nome do esposo?". Respondi: "Não tenho esposo, sou solteira". Ela olhou espantada para minha filha. Eu: "Você nunca viu uma mãe solteira na sua frente?" (Minha filha é adotada, mas, se sou mãe dela — e como sou! — sou mãe solteira). Então a funcionária se refez e perguntou: "Você tem pai?" — "Não" — "Tem irmão?" — "Não." — "Não tem nenhum homem na sua casa?" — "Olha aqui, minha filha, eu mantenho a minha casa e minha filha sem precisar de homem, será que pra fazer um crediário na Mesbla vou



Conselho Editorial

Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleleth Saffioti, Léila Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehil, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso.

Redação

Adélia Borges, Fúlvia Rosemberg e Marília de Andrade (editoras), Marlene Rodrigues (edição de arte) e Miriam Tanus (encarregada de assinaturas). Além das pessoas que assinam matérias e das integrantes do Conselho, também colaboraram neste número: Célia Chaim, Danda Prado, Ermelindo Tadeu Giglio, Eymard Porto, Hermínia Brandão, Janina Adamenas, Mari, Maria Carneiro da Cunha, Margot Piva, Walnice Nogueira Galvão e Vera Lúcia Manzonillo.

Jornalista responsável

Adélia Borges. Registro no MTB nº 10.680. SJESP 4549.

Mulherio é uma publicação bimestral. Aceita colaborações. É livre a transcrição de suas matérias, mas pede-se que seja citada a fonte e sempre que possível nos seja enviada uma cópia da reprodução. Pede-se permissão com outras publicações do gênero.

Redação: Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, fone 211 4511, ramal 247.

Composição e impressão: S/A O Estado de S. Paulo, av. Eng. Caetano Álvares, 55, São Paulo.

ASSINATURAS

Com apenas dois números publicados, Mulherio já conseguiu atingir a marca de mil assinaturas, distribuídas por todos os estados brasileiros. Para assinar, envie um cheque nominal ou vale postal no valor de 500 cruzeiros (território nacional) ou 800 cruzeiros (exterior) em nome da Fundação Carlos Chagas ao seguinte endereço: Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, SP. Num papel anexo, relacione seu nome, endereço completo, profissão e telefone.

Se você quiser vender exemplares avulsos ou assinaturas do jornal em sua cidade, entre em contato com Miriam Tanus, no endereço acima, ou pelo telefone (011) 211-4511, ramal 247.

ter que arranjar um?" Bem, depois disso foi preciso falar com o chefe, e acabaram aceitando minha ficha e correndo o risco de vender pra uma mulher sem homem...

Nota: quando me perguntaram três nomes de pessoas que poderiam me recomendar, dei três nomes de amigas. (Se a experiência não interessar para o jornal, ao menos dá pra rir, né?). Continuem na luta, Vale a pena, nós sabemos.

Olympia Saete Rodrigues, Marília, SP.

O assunto é o jornal

Parece quase desnecessário dizer que o trabalho de vocês é uma resposta oportuna a uma pergunta que pairava no ar: a quantas anda a mulher no Brasil? E também é quase impertinência elogiar o feito, que é bom, muito bom. Mas o nome do jornal não faz honra ao arejamento a que ele se propõe. Mulherio é nome por demais poluído. E "despoluir" às vezes dá bem mais mão-de-obra que mudar de ares. Outra coisa é que esse nome parece destoar do contexto cultural da publicação: se ela fosse destinada, mais especificamente, a camadas mais populares, até que o nome teria seu lugar e responderia a uma estratégia de comunicação. Mas, pelo que vi até agora, o jornal atinge mulheres razoavelmente instruídas, querendo alargar seu senso feminista e ficar a par do que se passa de novo a respeito.

Naomi A. de Vasconcelos, Louvain-la Neuve, Bélgica

Nosso Mulherio é uma festa! Esperamos que se transforme gradativamente em mensal, semanal e diário, para nossa alegria. Mandaremos, quando der, uma colaboração na área do direito da mulher. Branca Moreira Alves, Comba M.Porto e Leonor Paiva, Rio de Janeiro, RJ.

Fiquei tão entusiasmada com o jornal que não podia deixar de agradecer-lhes imediatamente. Parabéns! Mulherio é excelente. Aprendi muito.

June Hahner, Nova Iorque, EUA

Retificação

Por um lapso lamentável, em meu artigo "Um congresso saudável", publicado no último número do Mulherio, não mencionei a participação de três brasileiras no congresso sobre mulher e saúde, realizado em Genebra. São elas: a médica Joyce Moraes, do Grupo de Encontro de Mulheres, do Rio; Leda Beck, jornalista de São Paulo, atualmente fazendo um curso na França; e Rosiska Darcy de Oliveira, do IDAC.

Carmen Barroso, SP

Contra os preconceitos

Eu tenho 17 anos e sempre combati este mundo de desigualdades entre os sexos, as raças, enfim, todo tipo de preconceito. A mulher tem que tomar consciência de seu papel dentro da sociedade, a qual está cada vez mais conflituosa e violentada. Temos que assumir não somente a igualdade perante o sexo masculino, mas também sermos ativas em todos os setores da vida humana.

Eliana Pereira de Oliveira, Indaiatuba, SP

Lutar, mas também amar e ser feliz

Eu, como tantas outras mulheres, cheguei ao movimento feminista oriunda dos movimentos políticos mais gerais. Cheguei, como tantas outras, com todas as dificuldades em reconhecer e assumir "o pessoal" como político, tateando uma vivência de descobertas incríveis. Era como se no meu armário o tempo todo tivesse à minha disposição uma linda roupa colorida com poderes de me fazer amar a vida, a natureza e ao próximo, sem perder a minha identidade de mulher e eu preferisse optar por uma velha roupa cinzenta com uma enorme cruz pregada nas costas, em nome de uma vida, um amor e um futuro não muito próximos e com uma identidade assexuada. Na prática, no entanto, as coisas não se apresentam com a simplicidade de uma metáfora. As próprias companheiras que num passado recente nos tratavam com todo respeito que "um político deve ter por outro político", nos ridicularizam como se estivéssemos nos vestindo de "bobas da corte". E por quê? Temos colocado insistentemente a necessidade de no movimento feminista se lutar pelas questões femininas, tendo o cuidado de não trazer para os grupos feministas as disputas de tendência. Mas esbarramos no preconceito, na desconfiança e no descaço com que considerável parte da esquerda brasileira trata "as questões pessoais" e que nós chamamos de específicas.

Como será um mundo construído por pessoas que acham que a militância política substitui a própria vida? Por pessoas que esqueceram a sua sexualidade em alguma página solta do "Capital"? Por pessoas cuja amargura e sizudez se sobrepõem à tarefa de construir um mundo mais feliz e sadio? Por isso, em nome de todos os torturados, de todos os humilhados, de todos os mortos e desaparecidos, em nome de todos os suicidas e, principalmente, em nome de todos os que estão vivos, devemos transformar o amor num exercício diário de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, pensam em revolucionar o mundo! Para isso nosso movimento tem importância fundamental, porque questiona as relações afetivas e políticas a partir dos indivíduos. Por isso também representa um perigo estardalecedor a quem não consegue se libertar do martírio que representa sua opção política.

Não pensamos em trocar fuzis por flores, nem abrimos mão de lutar por uma sociedade humana e justa. Queremos participar da construção dessa nova sociedade, mas queremos também amar, ser felizes e alegres com a mesma intensidade com que sofremos pela nossa trágica realidade social e, para isso, precisamos de uma identidade, de nossa identidade de mulher-sexo feminino e não de uma triste militância assexuada. Verônica Guedes, Frente Feminista 4 de Janeiro, Fortaleza, CE.

O protesto das lésbicas

Nós, do Grupo de Ação Lésbico-Feminista, queremos, através desta carta, protestar contra a reportagem "Amor de Mulher", publicada na revista Careta de 20/7/81, pois, deturpando as declarações prestadas por quatro mulheres do grupo à repórter Izilda Alves, projeta uma imagem falsa e negativa do GALF.

Grupo de Ação Lésbico-Feminista, SP

AS FIANDEIRAS DE GOIÁS

Perderam o medo de dar sua própria opinião. Aprenderam a ser solidárias umas com as outras. Criaram "coragem". E reviveram uma tradição local que já estava quase desaparecendo: a fição do algodão. Isso tudo aconteceu com um grupo de mulheres da comunidade rural de São José, município de Novo Brasil, em Goiás.

Elas começaram a se reunir há quatro anos, por iniciativa da líder sindical Maria Helena de Freitas. O objetivo inicial de Maria Helena era de facilitar um encontro de mulheres da comunidade onde fosse possível aliar informações políticas de interesse imediato à discussão mais ampla do papel social da mulher. Ela queria também conseguir o apoio das mulheres para criar um sindicato rural.

No começo, Maria Helena enfrentou as dificuldades típicas de um trabalho considerado masculino. Em suas viagens daqui e dali para organizar o sindicato, estava sempre sozinha ou acompanhada de homens — e essa situação motivava desconfiança nas lavradoras, além de muitas "cantadas" de colegas.

Resolveu, então, convocar uma reunião só com mulheres, na qual surgiu a primeira proposta de trabalho coletivo: criar uma horta, para vender a produção na sede do município e conseguir algum dinheiro. Elas trabalhavam todos os sábados, desaguando o brejo, parte de um terreno cedido por uma delas para fazer a horta. Tiveram muitos problemas, pois havia empobrecimento d'água na cerca próxima e não tinham dinheiro suficiente para comprar sementes e tela para cercar a horta. Mesmo assim, trabalharam bastante: juntaram esterco, fizeram canteiros, prepararam tudo até que, diante das dificuldades, mudaram de idéia.

Depois de conversarem muito, pensaram que a fição com algodão daria mais certo do que a horta, pois era uma tradição local e muitas mulheres já possuíam as ferramentas e o conhecimento necessários. Esse trabalho havia sido tão abandonado que as cardas (espécie de escova

Um grupo de mulheres goianas realiza um trabalho coletivo que, além de reviver uma tradição local, permite que elas se encontrem semanalmente para conversar sobre seus problemas.

que "penteia" o algodão) vinham sendo usadas para escovar cavalos.

Dai em diante, o projeto funcionou melhor. Arrumaram dinheiro para comprar uma arroba de algodão e já há dois anos o grupo se mantém unido, tecendo o algodão e a amizade. E muitas mulheres que não se haviam interessado pela horta entraram para o que passou a ser chamada de "mutirão das fiandeiras".

O prazer de fiar e conversar

Embora todas as participantes se conhecessem, havia aquelas que preferiam levar o algodão para casa, fiar e trazer de volta ao grupo. Mas o prazer de se encontrar para fiar e conversar era irresistível, e todas passaram a esperar o sábado com muita ansiedade.

Os mutirões se realizavam durante todo o sábado, cada vez na casa de uma delas. A dona-da-casa fazia o almoço, com mantimento trazido por todas, e oferecia a merenda: café com bolo. Depois elas resolveram concentrar o trabalho no horário das 10 às 16 horas. Almoçavam antes de sair de casa e a dona da casa oferecia apenas a merenda, o que aumentou o rendimento do trabalho. Cada uma levava seu instrumento: as cardas e a roda (também conhecida como roca). Quando chegava o momento de usar instrumentos maiores, como a urdideira ou o tear, iam na casa de quem os possuísse.

Os mutirões foram divididos em duas partes: a primeira consistia no trabalho de fição propriamente dito, durante o qual a conversa fluía livremente; e a segunda, de uma hora e meia, era usada para avaliação e debate do movimento.

No começo do trabalho, havia muita desconfiança. Alguns maridos temiam que fosse coisa de "falar mal de homem", e um deles reagiu espancando a esposa e quebrando as coisas da casa. As fiandeiras foram logo avisadas e levaram-na para a casa dos pais. O fato foi bastante discutido, pois a violência física — não só por parte dos maridos, mas também dos pais e irmãos — é uma constante.

Outro fato bem debatido foi a "cantada" que a líder Maria Helena recebeu do marido de uma das fiandeiras. Sem vacilar, ela contou às outras, numa reunião. Elas chegaram à conclusão de que o "teste" era também relativo a "essas coisas das mulheres do mutirão". Resolveram discutir o assunto numa reunião maior, com homens e mulheres da comunidade, e formaram uma "comissão da família" para falar com a esposa, que não tinha ido à reunião.

"Aprendemos a ser solidárias"

Essa prática de conversar em grupos fez com que as mulheres perdessem o medo de dar opinião, de falar. Em suas próprias palavras, "aprendemos a ser solidárias umas com as outras, aprendemos a conversar uma de cada vez, discutir nossos problemas de mulheres e, o mais importante de tudo, aprendemos a dar opinião. Criamos coragem, nas reuniões que não são do mutirão, de levantar o dedo, pedir explicação ou pedir para falar a idéia da gente."

Mesmo que isso lhes custasse, inicialmente, "muita brabeza", a maioria impôs seu desejo de participar do mutirão, e agora os homens mantêm uma atitude de colaboração para que as esposas ou irmãs possam trabalhar. E hoje todo mundo respeita o "mutirão das fiandeiras".

As mulheres de São José também resolveram transmitir sua experiência para outras mulheres e organizaram dois encontros regionais de fiandeiras. Atualmente existem cinco localidades envolvidas no projeto e cerca de 80 mulheres organizadas.

No primeiro semestre deste ano, organizaram uma exposição em Campinas (SP), para venda de seus trabalhos: panos de algodão cru para diversas finalidades, inclusive roupas, peças para uso doméstico: passadeiras e colchas de fios tingidos. Tiveram muito sucesso.

O dinheiro das vendas é repartido entre todas e 30 por cento fica para a caixa do movimento. Em novembro elas estarão de volta a Campinas, a convite da Prefeitura local, para participar de uma feira. Se você tiver interesse de maior contato com o grupo ou de organizar exposições em qualquer cidade, é só combinar neste endereço: rua Diogo Prado, 303, Cambuí, Campinas, SP, CEP 13.100.

Elaine Marques Zanatta

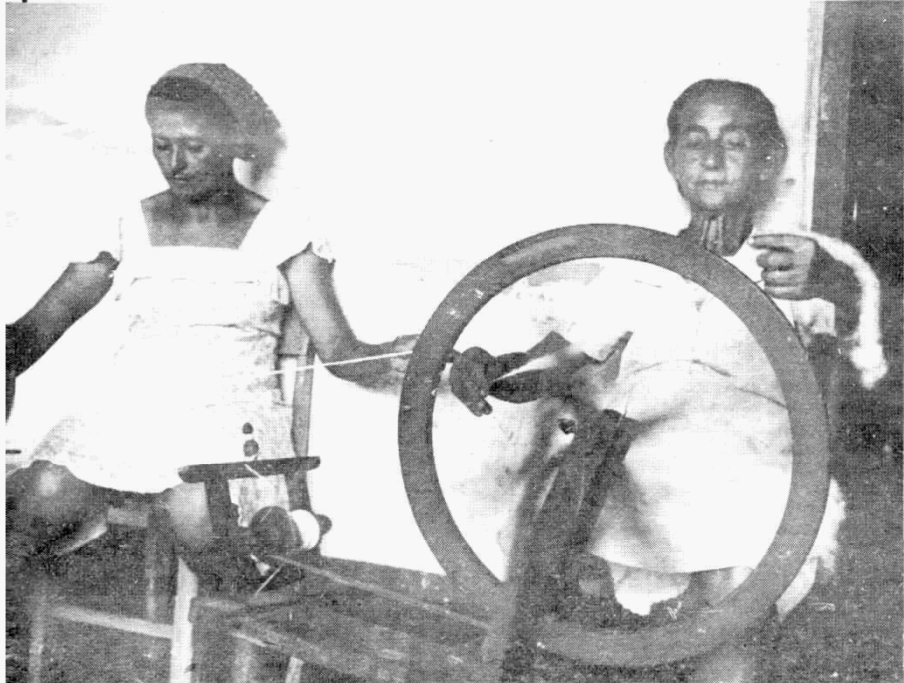


Foto Elaine M. Zanatta

Nas reuniões semanais, o prazer de fiar e conversar



10 de outubro, um dia de luta contra a violência

O dia 10 de outubro — data de criação do SOS Mulher de São Paulo — será marcado este ano por manifestações em várias cidades brasileiras contra a violência dirigida à mulher. A resolução foi tomada por 26 grupos feministas do país todo, que se reuniram em Salvador nos dias 11 e 12 de junho, durante o encontro anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Na reunião, convocada pelo Brasil-Mulher — núcleo de Salvador, as feministas consideraram prioritária a luta contra a violência, hoje, pela gravidade do problema e pela forma direta com que atinge todas as mulheres. Uma das sugestões para a comemoração do Dia Nacional contra a Violência foi realização de tribunais simulados para julgar os crimes contra a mulher, como um veículo de mobilização e denúncia. A idéia foi inspirada na

experiência de feministas italianas, que já realizaram tribunais do gênero, inspiradas, por sua vez, no Tribunal Bertrand Russel.

Outras resoluções do encontro:

— Quando houver julgamento de homens assassinos de mulheres, os grupos locais deverão comunicar a data aos demais para que possam enviar representantes. Paralelamente, serão feitas pichações em todo os locais, com palavras-de-ordem comuns e citação do nome da mulher assassinada. Sugestões: "Sem punição, mais mulheres morrerão: compre essa briga". "Quem ama não mata" e "O silêncio é cúmplice da violência".

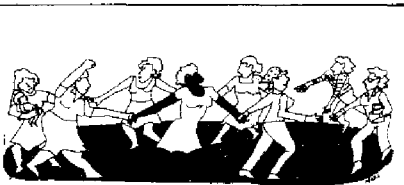
— Incentivar a criação de estruturas de atendimento tipo SOS, para abrigar um espaço concreto às mulheres que sofrem qualquer tipo de violência. Af dentro, podem existir outras estruturas, como o SOS Corpo. Paralelamente, procurar construir um amplo movimento de mulheres contra a violência, criando organizações em bairros, locais de trabalho, etc.

— Realizar uma campanha nacional pela extinção do recurso à "legítima defesa da honra" como argumento para a absolvição de homens assassinos de mulheres.

— Com relação à violência cotidiana, mostrar que a reação das mulheres é fundamental, incentivar a prática da "defesa pessoal" e sugerir frases sugestivas sobre o assunto, a serem utilizadas nacionalmente.

Os grupos feministas discutiram também a conveniência ou não da formação de uma Federação do Movimento de Mulheres e, no documento final do encontro, dizem: "O movimento feminista precisa firmar uma posição clara diante da manipulação do movimento de mulheres por organizações, partidos e entidades, repudiando os métodos autoritários aí utilizados e afirmando a especificidade e autonomia do movimento. Assim, negamos a proposta de uma Federação de Mulheres, hoje, por esta não corresponder à nossa perspectiva de criação de um movimento autônomo." Ainda sobre a relação com os partidos, o documento afirma: "A participação nos encontros estaduais de mulheres manipulados por partidos e/ou outras entidades deve ficar a critério de cada grupo. De toda forma, propomos que os grupos rediscutam a validade de nossa participação nesses encontros".

Outro encontro nacional dos grupos feministas ficou marcado para julho de 82, em Campinas, imediatamente antes ou após a reunião da SBPC. Antes disso, os grupos deverão realizar encontros regionais, por Estado ou região, para os quais já foram sugeridos alguns temas: organização do movimento feminista, planejamento familiar, legalização do aborto, violência contra a mulher, empregada doméstica (relações interpessoais e profissionalização), mulher e mercado de trabalho (a questão do desemprego) e postura do movimento feminista frente às eleições parlamentares.



Uma experiência não autoritária

— "Mas cadê os resultados deste encontro?"

O espanto do jornalista carioca foi grande ao constatar que feministas de vários Estados chegaram ao fim de três dias de encontro sem nenhum documento de conclusões, resoluções ou princípios. Mas era isso mesmo: o primeiro Encontro do Movimento de Mulheres no Brasil, realizado no Rio nos dias 31 de julho e 1º e 2 de agosto, não aprovou qualquer programa de ação — o que, aliás, não era seu objetivo —, mas foi um rico momento de contato entre os mais variados grupos, com as mais variadas atividades, que se espalham pelo País todo.

Como esses grupos multiplicaram-se rapidamente nos últimos tempos, ainda é grande o desconhecimento das atividades que se realizam. E o encontro serviu justamente para sanar a desinformação, para aproximar as pessoas, num clima informal, de grande amizade e respeito mútuo, sem atitudes autoritárias, manobras ou tentativas de manipulação.

Ao final, todas as participantes estavam alegres, satisfeitas com a constatação de que é possível sentar-se juntas para debater preocupações comuns sem as brigas e ressentimentos tão frequentes em encontros do gênero.

Sílvia Pimentel, da Frente de Mulheres Feministas, de São Paulo, sintetizou

este estado de espírito ao afirmar: "Esta é a primeira vez que participo de um congresso coerente com nossa proposta de não autoritarismo nas relações humanas. Não vi aqui ninguém querer ser mais feminista do que a outra ou ter o trabalho mais importante. E isso é muito bom".

O encontro foi promovido pelo Grupo Ceres (que escreveu, recentemente, o livro "Espelho de Vênus"), pelo grupo que elabora a publicação "Maria-sem-vergonha" e pelas advogadas Comba Marques Porto e Leonor Nunes de Paiva.

Durante três dias, 51 grupos fizeram uma apresentação de seu trabalho, de suas conquistas e dificuldades. As organizadoras do encontro gravaram todas as exposições e agora enviarão às participantes uma transcrição dos depoimentos e dos debates. Como é impossível, no jornal, dar conta da amplitude dos 51 relatos, selecionamos alguns tópicos que mostram a diversidade de experiências relatadas no encontro:

— Vanda Macieri, coordenadora do Curso de Atualização da Mulher, de Niterói, que atinge cerca de 80 mulheres com mais de 40 anos de idade: "Reunimo-nos duas vezes por semana, para aulas sobre os mais variados temas. Com o curso, a mulher vai-se atualizando, começa a enxergar outro mundo além de sua própria casa, lê editoriais dos jornais, acompanha os resultados do inquérito da bomba no Riocentro. Também alugamos ônibus e promovemos passeios à noite. Vamos ao teatro, ao cinema, a exposições. Uma vez, fomos à escola de samba da Portela com três ônibus lotados. E mulheres que eram viúvas chorosas quando entraram no curso sambaram a noite inteira".

— Malu Grabovsky, da Associação das Comissárias de Bordo: "Nós somos treinadas para 'nos oferecer' aos passageiros, temos que ser lindas para eles, mas somos proibidas de aceitar qualquer cantada." "Como a gravidez é considerada anti-estética, as aeromoças, até certo tempo atrás, eram despedidas quando ficavam grávidas. Conseguimos acabar com a dispensa, mas agora temos outras brigas. Somos submetidas a uma escala

de trabalho desumana e, em geral, durante o período de um mês, ficamos apenas 10 dias com os filhos, em casa. Nenhuma empresa aérea tem creche, e não podemos deixar nossos filhos em creches convencionais, por causa do problema do horário. Por isso, estamos batalhando agora para a criação de creches mantidas diretamente pelas empresas."

— Rose Marie Muraro está fazendo uma pesquisa sobre sexualidade, para a qual entrevistou cerca de mil mulheres, entre camponesas do interior de Pernambuco, operárias de Osasco, donas-de-casa e universitárias da classe média carioca e esposas de banqueiros e empresários. No encontro, ela revelou alguns resultados da pesquisa, dizendo que a diferença entre essas mulheres começa na percepção que fazem do próprio corpo. "A mulher rica associa o corpo a massagens, cosméticos, alimentação natural, ginástica, enfim, tudo o que possa torná-lo mais apto ao prazer. Já as camponesas percebem o corpo como um instrumento de trabalho, e gostam dele quando é forte, quando é capaz de agüentar uma jornada dura de trabalho".

Durante o encontro foram relatadas também várias conquistas de grupos de mulheres, como a do Centro da Mulher Mineira, de Juiz de Fora, que conseguiu derrubar a decisão do juiz local de proibir a entrada de mulheres no júri popular. Ou como a do Comitê da Mulher Universitária, de Manaus, que obteve a demissão de um funcionário do Teatro Amazonas, responsável por uma agressão a uma artista negra.

Despertou muita atenção, ainda, a exposição das atividades de um grupo que trabalha com teatro com as presidiárias da Penitenciária Feminina de São Paulo. O grupo já montou duas peças, "Favor não jogar amendoim" e "Cela forte - mulher", e criou uma associação (Amaras) de ex-presidiárias, com os objetivos de realizar treinamento e aperfeiçoamento de mão-de-obra, através de cursos profissionalizantes e pequenas oficinas de trabalho, e de possibilitar a criação de um espaço para atividades sócio-culturais.



O encontro na Colômbia

Cerca de 200 mulheres de 18 países reuniram-se em julho num espaçoso centro de recreação em Bogotá, Colômbia, no I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Apesar das muitas dificuldades — como a falta de uma experiência prévia, recursos financeiros reduzidos e, em certos momentos, uma excessiva divisão política interna — as organizadoras do encontro conseguiram atingir seus objetivos. E, durante quatro dias, representantes de 53 grupos feministas puderam trocar idéias e experiências sobre feminismo, política, comunicação, cultura, sexualidade, saúde e trabalho.

Uma das características mais marcantes do encontro foi a heterogeneidade de suas participantes: havia entre elas grande diferença de idades (entre 20 e 60 anos) e de familiaridade com as questões relacionadas à mulher. Apesar de as organizadoras da conferência terem buscado assegurar um enfoque feminista, na realidade elas conseguiram controlar somente a qualificação das colombianas. De outros países, vieram mulheres que nunca haviam saído da região em que nasceram, ou que estavam no início da preocupação

com a questão da mulher. Mas vieram também mulheres que, como feministas, estavam lutando para ampliar a base política do movimento através da formação de um Partido Feminista (Espanha), criar alianças com partidos políticos receptivos (México) ou estavam tentando formar uma coordenação de grupos de mulheres (Peru). Foi precisamente a ampla variedade de experiência e de interesses que tornou o encontro tão estimulante.

Um testemunho emocionante

No início do encontro, cada grupo descreveu suas atividades e a situação do movimento feminista em seu país. Do Brasil, participaram Fernanda Pompeu, do SOS Mulher, São Paulo; Otília Pinheiro, do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, Belo Horizonte; Mary Castro, anteriormente do Coletivo de Mulheres, Rio de Janeiro, hoje morando na Colômbia; e eu, da Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher (APEM), Rio de Janeiro. Apresentamos uma breve análise do desenvolvimento do movimento de mulheres no atual contexto da política de abertura, e concentramos nossa intervenção na resposta à violência contra as mulheres na sociedade brasileira. As mulheres da América espanhola, em sua maioria, tinham pouco conhecimento sobre o movimento das mulheres no Brasil, o que as tornou muito interessadas em ouvir nosso relato. Ao final das exposições, verificou-se que além do México, que tem um Centro de Assistência à Mulher Violada, em nenhum outro país da América Latina existem instituições voltadas para o problema da mulher espancada, violada ou assassinada.

Em seguida aos relatos, as participantes do encontro reuniram-se em grupos específicos de trabalho. Um dos pontos altos das discussões no grupo de sexualidade e saúde foi a sessão de auto-ajuda, organizada por duas porto-riquenhas. No meio de uma compacta e

silenciosa platéia, elas explicaram com grande paciência e carinho a estrutura fisiológica do corpo feminino, com ênfase no sistema reprodutor. Descreveram algumas das doenças mais frequentes nas mulheres e algumas alternativas naturais e não comerciais aos medicamentos vendidos nas farmácias. Falaram dos aspectos positivos e negativos de cada método de controle da natalidade.

Mas o ponto mais significativo da exposição foi, de longe, sua demonstração da técnica de auto-ajuda. Essa demonstração alcançou seus objetivos de conscientização da mulher sobre seu corpo e de oferecer-lhe informação suficiente para torná-la capaz de fazer seu auto-diagnóstico, tratar de algumas de suas doenças e conversar com seu médico com mais segurança. Muitas mulheres ficaram bastante emocionadas ao testemunhar, pela primeira vez, o que significa na prática ter controle sobre o próprio corpo.

Feminismo e política

No grupo de trabalho sobre feminismo e política, um dos temas mais discutidos foi o dilema enfrentado pelo movimento feminista em todas as partes do mundo: sua relação com os grupos e partidos políticos.

Embora não seja possível sintetizar aqui toda a discussão, cabe mencionar que surgiram três posições distintas: 1) o feminismo é uma opção política e deve ser autônomo; 2) sendo um movimento político, o feminismo deve fazer alianças; e 3) o feminismo faz parte da tradição da política partidária, conduzindo à possibilidade de dupla militância.

O encontro terminou com uma sessão plenária, onde foram apresentados os relatórios dos grupos de trabalho e as propostas de resoluções. Marcou-se novo encontro daqui a dois anos, no Peru. E 25 de novembro foi escolhido como o dia mundial de luta contra a violência sobre a mulher, com manifestações nos vários países.

Leny Silverstein



Sexo no laboratório

Nós mulheres sentimos na própria carne que o controle da fertilidade é um dos elementos essenciais para nossa libertação. Sabemos também o quanto é difícil esse controle, seja pela inexistência de um método contraceptivo perfeitamente seguro e que não nos cause nenhum problema, seja pela extraordinária força dos interesses políticos e econômicos em jogo, atuando ora no sentido de nos coagir a ter filhos, ora no sentido de impedir-nos de tê-los.

Os aspectos políticos e tecnológicos de modo algum estão isolados entre si, pois as carências dos métodos existentes são o resultado direto de uma política de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que, em grande parte, ignora as necessidades das mulheres.

Isso pôde ser constatado por um grupo de mulheres do Terceiro Mundo que participaram, em junho, de uma reunião na sede da Organização Mundial de Saúde (OMS), em Genebra, realizada num dos intervalos do congresso sobre mulher

e saúde. Nesta reunião, Tabitha Standley, representante da OMS, apresentou um amplo panorama sobre a aplicação de verbas da Organização na pesquisa sobre reprodução humana.

O Programa de Pesquisa sobre Reprodução Humana da OMS exerce grande influência sobre as atividades médicas nesta área no mundo todo. Em 1975, ele abrangia mais de 600 cientistas de 60 países, sendo um dos principais organismos de financiamento no setor. Seu orçamento em 1980 foi de 17,5 milhões de dólares, dos quais mais de oito milhões foram utilizados diretamente no financiamento de pesquisas, assim divididos: métodos atuais — US\$ 2.920.000; novos métodos — US\$ 3.850.000; aspectos psicossociais — US\$ 504.000; aspectos de serviços — US\$ 561.000; e infertilidade — US\$ 562.000.

Ao tomar conhecimento da destinação dessas verbas e da orientação do Programa, as mulheres presentes à reunião em Genebra levantaram várias questões:

Por que não há no Programa nenhuma pesquisa sobre esterilização masculina ou sobre métodos de barreira (diafragma, camisinha)? Por que há relativamente poucas pesquisas sobre métodos naturais e uso de plantas para regulação da fertilidade? Por que se privilegiam métodos agressivos ao organismo feminino, como a tão discutida injeção de Depoprovera?

Por que tão pouca verba é alocada para pesquisas sobre infertilidade, se esse problema aflige tanto a inúmeras mulheres? O próprio relatório do Programa afirma que, em alguns países subdesen-

volvidos, queixas de infertilidade chegam a constituir 1/3 das consultas ginecológicas.

Por que os aspectos psicossociais merecem tão reduzida atenção se ao escolher um método contraceptivo a mulher tem razões que vão além dos aspectos biológicos? Por que, na área de anticoncepcionais, nada foi feito ainda no sentido de criação de um Código de Ética semelhante ao do leite em pó, e que foi aprovado recentemente pela própria OMS?

Enfim, a pergunta mais importante levantada foi: que esforços a OMS tem realizado, diretamente através de seus especialistas ou indiretamente através dos governos dos países-membros, para ouvir as reivindicações das mulheres ao estabelecer as diretrizes de pesquisa? Ainda que previsível, a resposta não deixou se der frustrante: nada foi feito ainda neste sentido.

No Conselho de Especialistas que orienta as atividades deste programa, que interessa tão diretamente às mulheres, há apenas uma mulher. Enquanto a indústria farmacêutica e a comunidade científica estão frequentemente em contato com os especialistas da OMS, as consumidoras dos produtos que são aí pesquisados não têm nenhuma oportunidade de manifestar suas preocupações.

Evidentemente, essa situação só vai mudar quando as mulheres se organizarem, conscientes da importância do destino dos milhões de dólares empregados em pesquisas que podem resultar tanto em benefício direto como em problemas mais graves para a sua saúde e a sua felicidade pessoal.

Carmen Barroso

LICENÇA-MATERNIDADE

Por que não estender para os pais?

Técnicos dos Ministérios do Trabalho, Previdência Social e Saúde reuniram-se em julho, em Brasília, para discutir o andamento da campanha de incentivo ao aleitamento materno e para analisar a conveniência de propor uma extensão do período de licença-maternidade (atualmente, toda trabalhadora tem três meses de licença remunerada ao dar à luz). A idéia, contudo, foi descartada logo nas primeiras reuniões do grupo, segundo Maria Clara Soleiro, assessora da Coordenadoria de Proteção ao Trabalho da Mulher e do Menor do Ministério do Trabalho.

A posição oficial do Ministério do Trabalho é de que qualquer medida protecionista ao trabalho da mulher na verdade acaba aumentando a discriminação à mão-de-obra feminina. O próprio ministro Murilo Macedo já confiou a repórteres que a simples menção pela imprensa de medidas protecionistas, ainda que de forma especulativa, resulta em vários telefonemas de empresários advertindo que haveria desinteresse em empregar mulheres.

Apesar dessa posição do Ministério, circulam no Congresso Nacional dois projetos relacionados ao assunto. Um, do deputado Léo Simões (PDS-RJ), aumenta a licença-maternidade para seis semanas antes e dez semanas de-

pois do parto. Outro, do deputado Adriano Valente (PDS-PR), aumenta o prazo da licença para quatro semanas antes e vinte depois do parto. Ambos os projetos estão na Comissão de Constituição e Justiça.

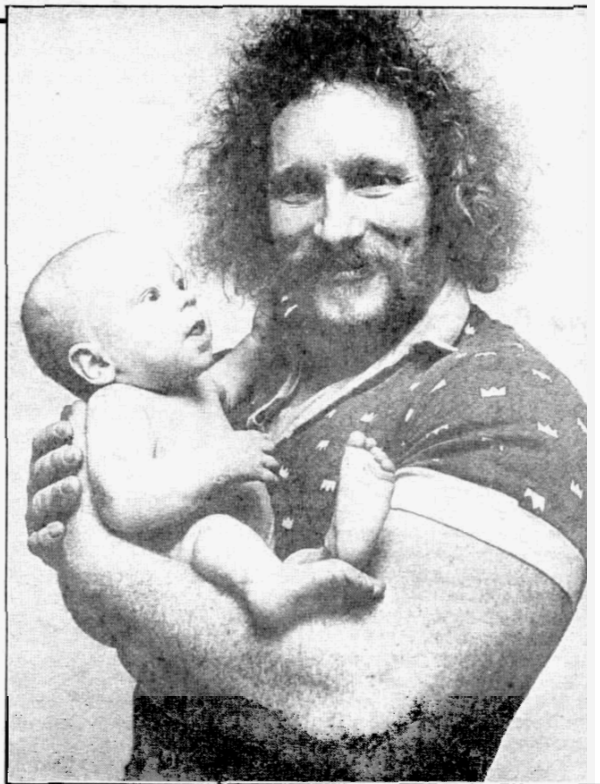
E a nossa posição?

Embora o assunto esteja sendo, de uma forma ou de outra, debatido na área oficial, os diversos grupos feministas brasileiros ainda não tomaram posição a seu respeito. Várias entidades são contra, em princípio, as medidas protecionistas, argumentando que hoje o desemprego da mulher casada é oito vezes maior que o da solteira, pois os empresários não querem arcar com o ônus social da maternidade.

A questão, contudo, ainda requer um debate mais aprofundado, na busca de fórmulas que permitam dividir a responsabilidade pela criação dos filhos igualmente entre pais e mães.

Para municiar essa discussão, publicamos aqui um resumo da legislação sobre licença-maternidade em alguns países europeus:

Suécia: seis meses de licença para o pai e a mãe, com pagamento de 90% do salário, mais dois meses de licença anual por cada filho que o casal tiver, também com 90% do salário.



França: quatro meses de licença apenas para as mães, 90% do salário. Para as mães com mais de três filhos, seis meses e meio de licença. Opcional: dois anos de licença, sem remuneração.

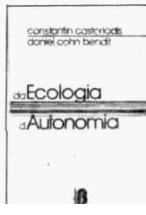
Alemanha: mulheres apenas, sete meses e meio, pagamento integral.

Holanda: mulheres apenas, três meses e meio, pagamento integral.

Itália: mulheres apenas, três meses, 80% do pagamento. Opção de seis meses de licença com pagamento de apenas 30% do salário.

Inglaterra: mulheres apenas, 40 dias, pagamento integral.

brasiliense



Da Ecologia à Autonomia

Cornelius Castoriadis Daniel Cohn-Bendit
Em que pé se acha o movimento ecológico? Quais são as relações entre as questões que coloca e os problemas sociais e políticos mais amplos de nossa época? A luta contra a destruição da natureza pode ser separada do combate por uma transformação radical da sociedade e da cultura? Qual é hoje a atitude das pessoas em relação ao modo de vida estabelecido e sua crise?

Estas questões interpelam atualmente o movimento ecológico em todos países e permeiam o debate deste livro.



LAING — Sobre Loucos e Sãos
Entrevista de Ronald Laing a Vincenzo Caretti
144 pp. Cr\$ 380,00
Neste livro, Ronald Laing traça, nas suas

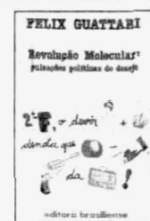
respostas a Vincenzo Caretti, uma interpretação conjunta do mal-estar psicológico da civilização contemporânea. A partir de uma análise inovadora dos opostos alternativos de sanidade-loucura, ciência-fé, linguagem-silêncio, masculino-feminino, morte-renascimento, confrontam-se os nós cruciais de experiências presentes a todos: a família e sua desagregação, a esquizofrenia, os movimentos jovens e o feminismo, a droga, o Zen e as filosofias orientais.



Dialética da Família

Massimo Canevacci — (Org.)
Dialética da Família é uma coletânea de textos de Lévi-Strauss, Engels, Morgan, Freud, Marcuse, Reich, Adorno, Laing entre outros. Os primeiros ensaios contam uma história: a da constituição da família monogâmica e patriarcal e da consolidação da propriedade privada.

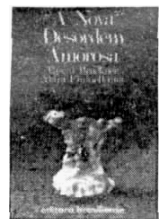
Numa segunda parte os textos são voltados para a situação da família na modernidade; configurando as novas circunstâncias histórico-sociais da família e da condição feminina.



A Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo

Felix Guattari
232 pp. Cr\$ 650,00

Guattari, pensador francês da atualidade, nesta coletânea de textos, nos mostra através dos movimentos homossexuais, das mulheres, dos negros, dos partidos políticos, da psicanálise, etc..., a necessidade da construção de uma Teoria do Desejo no Campo Social, onde economia política e economia libidinosa são inseparáveis. É a partir daí que se recupera a dignidade. O direito à cidadania, o direito do desejo, o direito do encontro possível.



A nova Desordem Amorosa

Pascal Bruckner / Alain Finkielkraut
264 pp. Cr\$ 650,00
Este livro apresenta um discurso crítico sobre sexualidade que rompe com a visão estática de dominação, de ordem, imposta pelas teorias sexológicas atuais e sobretudo pela teoria reichiana do orgasmo.

Os autores reivindicam a instauração da desordem amorosa contra a tirania do genital, longa sequência dos processos de dominação impostos pelo sistema.

cx. postal 30.644 - S.P.

Sempre um bom livro

E a democracia doméstica, como vai?

"Não é possível falar em democracia para a sociedade como um todo quando não existe a democracia em casa, onde se formam as personalidades." Esta é uma das justificativas da advogada Sílvia Pimentel para seu projeto de modificação e eliminação de alguns artigos do Código Civil — um dos setores mais discriminatórios em relação à mulher. O projeto, elaborado no final do ano passado com a colaboração da advogada Florisa Verucci, foi distribuído a diversos movimentos de mulheres e a meios jurídicos de todo o país, para sugestões e críticas. Logo que os grupos tiverem se manifestado, a proposta de mudança será enviada a Brasília.

Com o pretexto de defesa da família e do interesse dos filhos, o atual Código relega a mulher a uma situação subalterna, e deixa todo o poder nas mãos do homem. O artigo 233 estabelece que "o marido é o chefe da sociedade conjugal". A ele cabe a administração dos bens comuns do casal e até dos bens particulares da mulher. Ainda na qualidade de chefe, é o marido quem estabelece qual será o domicílio do casal. Se a mulher receber uma bolsa de estudo no exterior ou uma transferência de emprego, por exemplo, só poderá ir com o consentimento do marido; caso contrário, sua atitude será considerada como "abandono do lar". Mas se o marido resolver mudar, ela terá que acompanhá-lo, mesmo contra a vontade, ou então deverá recorrer ao juiz, o que é bastante problemático.

Para acabar com essa discriminação, o projeto de mudança do Código propõe uma nova redação ao artigo 233: "A direção e a representação da sociedade conjugal cabem ao marido e à mulher". No caso de divergências entre os dois, ambos poderão recorrer a um juiz. O domicílio do casal será escolhido por ambos, mas um ou outro poderão ausentar-se de casa para atender a encargos públicos, ao exercício de profissão ou a interesses particulares relevantes. O projeto alternativo estabelece ainda que "a administração dos bens particulares compete a cada cônjuge, permitida a outorga de poderes de gestão de um ou outro".

Outras mudanças sugeridas pelo projeto de Sílvia Pimentel:

— Ainda no artigo 233, tira a obrigação de "prover a manutenção da família" da responsabilidade exclusiva do marido e estabelece que "os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus haveres e rendimentos, para o sustento da família e educação dos filhos, qualquer que seja o regime de bens".

— Elimina o artigo 234 do Código atual, que permite o "seqüestro temporário de parte dos rendimentos particulares da mulher" quando "ela abandona sem justo motivo a habitação conjugal".

— No artigo 240, permite que ambos os cônjuges adotem o sobrenome do companheiro, e não apenas a mulher.

— O artigo 380 do Código atual diz que "durante o casamento, compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher", e no

caso de divergência "prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz". A proposta de mudança diz simplesmente que o pátrio poder compete aos pais e, no caso de divergência, tanto o pai quanto a mãe terão o direito de recorrer ao juiz.

Igualdade

Sílvia Pimentel diz que o projeto alternativo foi feito com "o cuidado de evitar e eliminar qualquer possível discriminação contra os homens, porque o que se pretende é a igualdade e não uma inversão da atual situação".

"O projeto — diz ela — é uma tentativa de mostrar que é perfeitamente possível uma organização familiar sem a necessidade de uma chefia centrada na figura do homem. A intenção da proposta é também servir de foco de reflexão e de mobilização das mulheres em torno de seus direitos, que são muito pouco conhecidos mesmo por aquelas de elevado nível cultural. Minha experiência como advogada mostra que muitas só tomam consciência quando a situação matrimonial se deteriorou a tal ponto que se torna inevitável a separação".

Sílvia reconhece que o projeto é limitado, pois não questiona a instituição da família em si mesma. "Nós acreditamos que a instituição familiar, tal como existe entre nós, é o embrião de uma estrutura autoritária, que tem suas bases no sacrifício da mulher e é também responsável, em grande parte, por sua alienação. Uma

modificação nessa estrutura teria certamente conseqüências políticas incalculáveis, mas não é esse o objetivo do projeto, que se limita a eliminar as discriminações mais gritantes".

Em quase todos os países do mundo, a legislação civil foi sempre a última a mudar, justamente por ser aquela que regula as relações no interior da família. Em muitos países da Europa e da América, isso ocorreu sobretudo na década de 70, em virtude das pressões dos movimentos feministas organizados. Mas essa evolução ainda não se generalizou e prossegue na década de 80. Recentemente, foram reformadas, num sentido favorável à mulher, as legislações civis de Portugal e da Bélgica, esta última por uma decisão do Parlamento, que considerou anticonstitucionais todos os artigos contendo discriminações.

Sílvia gostaria que o projeto fosse estudado e discutido pelos diversos grupos de mulheres e servisse de instrumento de conscientização. "A modificação das leis só atinge seu objetivo, que é a mudança de atitudes na prática, quando as pessoas interessadas não só conhecem, mas também têm condições de reivindicar seus direitos."

Quem quiser discutir ou apresentar propostas de mudanças ao projeto de reforma do Código é só procurar ou escrever para Sílvia Pimentel, no Centro de Estudos Jurídicos e Sociais na PUC-SP ou na Casa da Mulher, também em São Paulo.



Ilustração Miguel Paiva

MULHER NEGRA

O fato de ter havido, na última reunião da SBPC em Salvador, uma mesa redonda sobre a mulher negra, não deixou de ter a sua importância histórica. Pela primeira vez o tema era discutido em tão prestigioso evento. E lá estávamos nós, duas negras e duas brancas, tentando apresentar um quadro da situação de desigualdade vivida por nós, mulheres negras. Efeitos de alguma concessão paternalizante ou de uma longa caminhada no sentido de se assumir como sujeito da própria fala?

O longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, relegou-nos à condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira. E é por aí que se pode entender certo atraso político do movimento negro em face de outros movimentos sociais. Mas o desconhecimento ou a não-consciência desse tipo de efeito tem levado muitas pessoas de "boa vontade", e até mesmo progressistas, a reproduzirem aquele julgamento tão bem caracterizado por Florestan Fernandes: os negros são os únicos responsáveis pela situação em que se encontram.

Trata-se de uma bela prática da política do avestruz (ou de "l'autruiche", como diria Lacan) que tem caracterizado certo tipo de racismo envergonhado de si mesmo: finge que o problema racial não existe e reafirma a inferioridade do negro mediante esse papo de que somente ele é responsável pelo que lhe acontece. É por aí que se desenvolvem certas comparações entre o movimento negro e os outros movimentos sociais.

As dificuldades do movimento negro

Não faz muito tempo, ouvimos, de pessoas respeitabilíssimas, a afirmação de que o movimento de mulheres é melhor organizado e mais avançado que o movimento negro. Até que a gente não discorda, já que se trata de uma verdade. No entanto, o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muitas maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. E isto sem deixar de considerar as dificuldades enfrentadas pelo movimento de mulheres, dados os diferentes níveis de oposição e resistência que visam, no mínimo, neutralizá-lo. No entanto, o movimento tem ido à luta e conquistado espaços que, hoje, são definitivamente seus.

Que se pense, a partir daí, nos obstáculos a serem superados pelo movimento negro e, sobretudo, por um movimento de mulheres negras (que já existe), já que os efeitos da desigualdade racial são muitos mais contundentes que os da desigualdade sexual. Em consequência, ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está. Graças à valiosa contribuição de nossas companheiras Lucia Elena G. de Oliveira e Tereza Cristina

Costa, além de Rosa Maria Porcáro, podemos ter uma idéia objetiva do que significa ser mulher negra em nosso país.

Com os dados fornecidos pela Pesquisa de Amostra Domiciliar (PNAD-1976), podemos analisar, de um lado, a participação da mulher negra na força de trabalho (FT) e, de outro, as desigualdades sócio-econômicas reproduzidas em famílias brancas e negras.

A Mulher Negra na Força de Trabalho

Em 1976, tínhamos 11,3 milhões de mulheres trabalhadoras, das quais 57% se reconheciam como brancas e 40% co-

mo negras (oficialmente classificadas em pretas e pardas).

A maior concentração da força de trabalho feminina ocorre nos setores de prestação de serviços, social e comércio de mercadorias (empregadas domésticas, professoras, enfermeiras, balconistas) ampliados em consequência da industrialização e da modernização. Mas a maioria das mulheres negras (69%) trabalha na agricultura e na prestação de serviços. Isto significa que as atividades sociais e o comércio de mercadorias absorvem principalmente as mulheres brancas (30%, para 16% de negras).

Na tabela 1 são apresentadas alguns dados sobre estrutura ocupacional que valem a pena ser explorados.

Tabela 1

Porcentagens de trabalhadores e de trabalhadoras brancas e negras por categoria ocupacional					
	Total da FT	FT masc.	FT feminina		
			Total	Branca	Negra
Ocupações Não Manuais	17	14	24	32	13
Nível superior	6	7	4	5	2
Nível médio	11	7	21	27	12
Ocupações Manuais	83	86	76	68	87

Como se pode ver, as mulheres trabalham proporcionalmente mais do que os homens nas ocupações não-manuais. Mas dentro dessa categoria há diferenças importantes. Nas ocupações de nível superior (empresários, administradores, profissionais de nível superior etc), os homens estão presentes em maior número do que as mulheres, mas esta desigualdade é menor do que aquela verificada entre as próprias mulheres, brancas e negras. Entre os profissionais de nível médio (auxiliares de escritório, caixas, tesoureiros, professores de primeiro grau etc), a presença da mulher é marcante, contudo majoritariamente branca. Como muitas

dessas atividades requerem contato com o público, ficam evidentes as dificuldades da mulher negra para ter acesso a tais ocupações (basta lembrar dos anúncios que exigem das candidatas "boa aparência", isto é, que correspondam aos valores estéticos brancos).

Ganhando menos que as brancas

Outra tabela que nos oferece informações valiosas é a que mostra diferença de rendimento médio, entre os sexos e as raças.

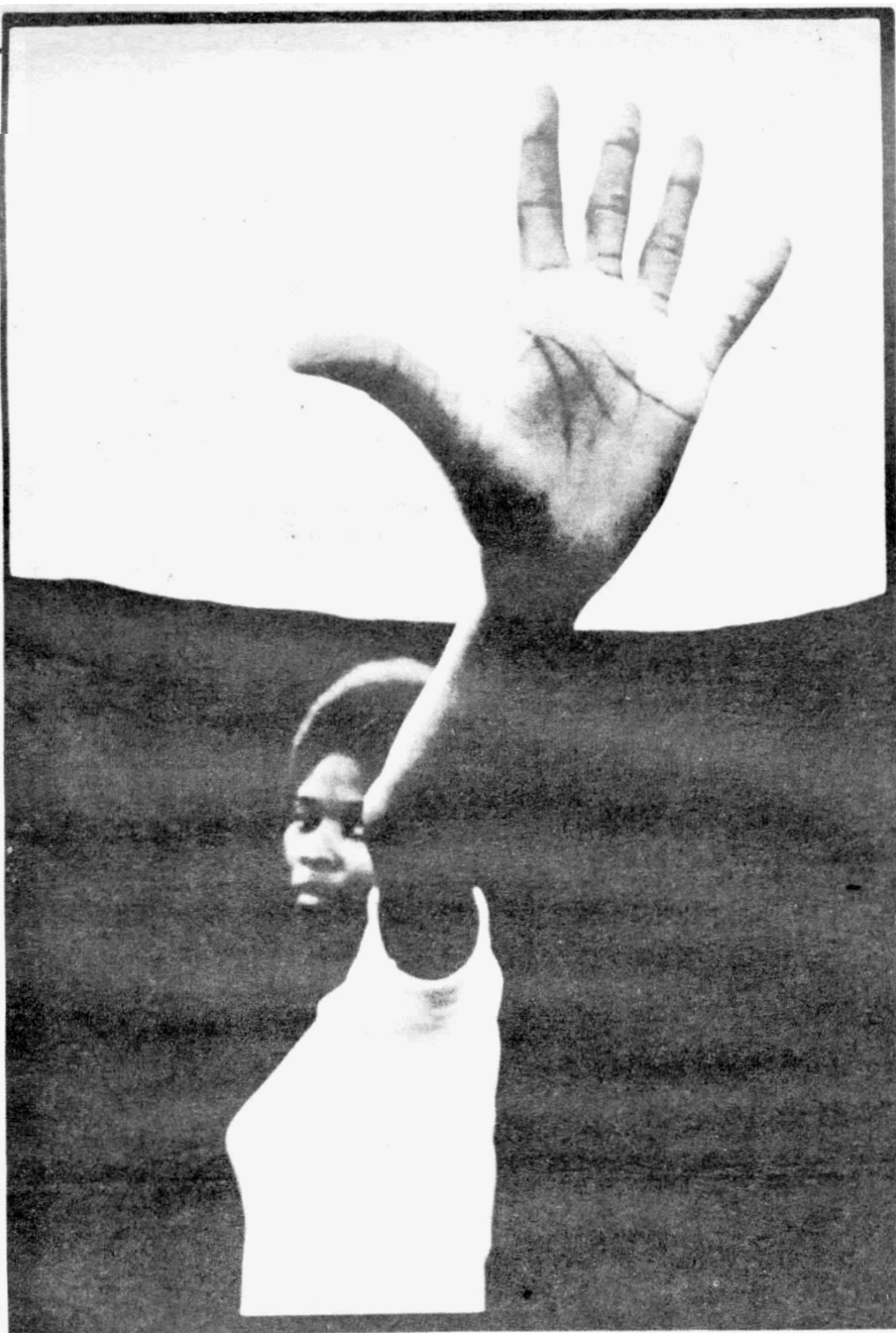
Tabela 2

Porcentagens de salários femininos em relação aos masculinos e dos salários das negras sobre os das brancas, por nível ocupacional.		
	Mulheres/Homens	Negras/Brancas
Ocupações de nível superior	65%	52%
Ocupações de nível médio	54%	86%

Trocando em miúdos, os dados dizem o seguinte: nas ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos do que seus colegas homens, mas as negras ganham 48% a menos do que as brancas. Nas ocupações de nível médio as

mulheres ganham 46% a menos do que os homens, enquanto as negras recebem 24% a menos do que as brancas.

Parece que o racismo e suas práticas são muito mais contundentes nas ocupações de nível superior do que o sexismo.



uma vez que as desigualdades salariais entre homens e mulheres são menores do que as observadas entre brancas e negras. Já nas ocupações de nível médio, o fato de ser mulher implica maior desigualdade, embora o fator racial acentue a discriminação.

No caso das ocupações manuais, persistem as desigualdades entre negras e brancas. Quase a metade da força de trabalho feminina e mais da metade das mulheres negras estão empregadas no setor de serviço ou são trabalhadoras autônomas ou trabalhadoras familiares não remuneradas na agropecuária. No setor de serviços, encontramos o "lugar natural" da mulher negra que trabalha nas cidades: o emprego doméstico. Já os efeitos máximos do sexismo são encontrados nas atividades agropecuárias, onde as mulheres ganham, em média, 14% do que ganham os homens. Quase sempre elas trabalham na agricultura ajudando o marido, sem receber qualquer remuneração.

Outro aspecto importante é o do registro em carteira — um instrumento de defesa dos direitos do trabalhador. Cerca de 62% dos trabalhadores homens possuem carteira assinada, em comparação

a apenas 52% das mulheres. Mas veja a diferença: só 40% das trabalhadoras negras contam com essa garantia trabalhista, em comparação a 60% das brancas.

Família, casamento e desigualdade racial

Um primeiro dado a nos chamar atenção é aquele que indica que cerca de 50% das famílias brasileiras brancas possuem um rendimento familiar de três salários mínimos; contra 81% das famílias pretas e 71% das pardas. O diferencial de rendimentos, nesse caso, é de cerca de 20% entre famílias brancas e negras (pretas e pardas). Entre as famílias cujo rendimento médio atinge mais de três salários mínimos, as negras, apesar do maior número de pessoas ocupadas, também ganham menos do que as famílias brancas.

É da maior importância ressaltar o fenômeno estudado por Carmen Barroso a respeito da mulher chefe de família. De acordo com sua análise, tal fenômeno articula-se com a pobreza, sobretudo nas áreas urbanas. Entre as famílias brancas, 13% são chefiadas por mulheres, entre as famílias pretas, 20% são chefiadas por

Neste artigo, a antropóloga Lélia Gonzalez, do Rio, militante ativa dos movimentos negro e feminista, faz uma análise abrangente da situação da negra no trabalho e na família, mostrando a dupla opressão que ela sofre, por ser mulher e por ser negra. É revela dados alarmantes, como este: nas ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos que seus colegas homens, mas as negras ganham 48% a menos que as brancas.

mulheres; e entre as pardas, 17% têm chefes mulheres. Além disso, as chefes de família pretas ganham 34% e as pardas 44% do que ganham as brancas na mesma situação.

Em termos de taxa de atividade, as diferenças também são expressivas, quando se trata de brancos e negros. As cifras indicam que o trabalho do menor é de grande importância para as famílias negras, assim como o fato de que a mulher negra tem uma taxa de atividade maior que a mulher branca.

É importante lembrar que a questão da homogamia racial também contribui para a reprodução das desigualdades. A tendência dominante na sociedade brasileira é de casamentos intraraciais, isto é, entre pessoas da mesma raça. Veja os dados: 85% das esposas dos homens brancos são brancas, 12% são pardas e apenas 2% são pretas. No caso de homens negros, 55% de suas esposas são negras, 17% são brancas e 26% são pardas. E, no caso de chefes de família pardos, 70% de suas mulheres são pardas, 26% são brancas e 5% são negras. Quando se articula rendimento mensal com anos de escolaridade do chefe, constata-se que a homogamia racial é muito mais acentuada entre os brancos (3/4 dos chefes brancos que ganham até um salário mínimo e têm menos de um ano de instrução, e cerca de 93% dos que ganham mais de cinco salários mínimos e têm mais de 11 anos de instrução casam-se com mulheres brancas). É interessante notar que muitos negros se casam com mulheres brancas, à medida que aumenta seu nível de rendimento e seu nível educacional (37% dos negros que têm de 8 a 10 anos de estudo e 43% dos que estudaram 11 anos ou mais, têm esposas brancas). Já os homens brancos agem de maneira diferente: apenas 9% dos que têm de 8 a 10 anos de estudo e 5% dos que têm mais de 11 anos de estudo casam-se com negras.

Como se vê, esse papo de democracia racial, atingida mediante a miscigenação, não passa de um mito muito bem bolado. Quanto à situação da mulher negra, só fica demonstrado o que dissemos no início. Todavia, graças a ela, os valores que apontam para a nossa ancestralidade e a nossa identidade foram mantidos. Mas isso é papo para o próximo artigo.

Lélia Gonzalez



Como eliminar seu chefe

O retrato da opressão das 9 às 5, numa comédia gostosa dirigida por Colin Higgins, com Jane Fonda, Lily Tomlin, Dolly Parton e Dabney Coleman.

Muitas mulheres vão se identificar com Judy, Violet e Doralee, as três simpáticas secretárias que, perseguidas implacavelmente pelo patrão, arquitetam planos mirabolantes para liquidá-lo. Também não é para menos. Incorrivelmente machista, o executivo da grande companhia americana onde as moças trabalham insiste em espeznhá-las, exigindo delas a prestação de pequenos "serviços de mulher".

Ele não hesita em tirar a competente Violet da máquina de escrever para que vá buscar um simples café, e em seguida insiste com ela para que compre, na hora do almoço, um "lindo" presente para sua esposa. Quando Violet, conscientemente, retruca que essa tarefa não faz parte de suas atribuições de secretária, é usada suas prerrogativas de chefe e a chantagem com uma eventual promoção.

O incrível chauvinista também não tem o menor escrúpulo em transformar sua secretária particular, Doralee, em mero objeto sexual. Apesar de repellido, insiste em suas propostas, apela para sua gorda conta bancária para convencê-la e, não contente com isso, ao se ver recusado, literalmente "avança" sobre ela. Mais: espalha por toda a companhia a notícia de que a moça faz parte do rol de suas conquistas amorosas.

Pior de tudo, porém, é a maneira como ele se apossa de um importante projeto de Violet que, se aprovado, levaria a empresa a um bom aumento de produtividade. Perplexa, ela casualmente presencia o presidente da companhia cumprimentar seu chefe pelo inteligente plano que, na verdade, era de sua própria criação.

Resultado: só um bom pileque e umas baforadas de "baseado" para ajudá-las a relaxar e a "viajar" em busca da doce vingança...

Torcendo para as mocinhas

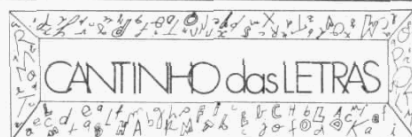
Tudo isso conduz a uma gostosa comédia, embora superficial e cheia de estereótipos: a loura e exuberante Doralee, protótipo do símbolo sexual americano (cintura fina e peitos abundantes); a ingênua e apavorada Judy, interpretada por Jane Fonda, toda atrapalhada nos primeiros dias de emprego, após ter sido abandonada pelo marido em troca da secretária (dele); a competente chefe de família, Violet, que se diverte nas horas vagas ensinando a um dos filhos adolescentes suas habilidades de mecânica; e, finalmente, o desprezível e opressor "vilão" da história, o diretor do departamento.

Mas tais caricaturas servem justamente para realçar alguns dos preconceitos mais comuns que recaem sobre a "esposa do escritório", e que o filme, pouco a pouco, encarrega-se de desmistificar.

Pena que o superficialismo do tratamento dado a essa comédia tipo bandido/mocinha tenha impedido que suas heróicas denúncias a causa real de sua opressão cotidiana, das nove às cinco horas (*Nine to Five*, título no original), que vai além da mera estupidez de um único vilão. Sua condição de mulher e de trabalhadora oprimida nesse gueto profissional — o trabalho de escritório — fica assim reduzida à perseguição implacável de um só bandido, deixando de ser vista como consequência da situação social mais ampla.

Resta o consolo das sonoras gargalhadas da platéia — homens e mulheres — torcendo pelo sucesso das mocinhas da história e, quem sabe, tomando conhecimento de muitas situações certamente bastante frequentes em todos os escritórios... e não só os norte-americanos.

Cristina Bruschini



Nossa seleção recaiu sobre este poema do chinês Fou-Hinar (217-278 D. C.), incluído por Octávio Paz em seu livro *Versiones y Diversiones*. A adaptação para o português é de Miriam L. Moreira Leite, que também o achou. Morram de rir ou morram de raiva.

MULHER

Como é amargo ter encarnado em mulher.

Nada mais baixo nesta terra.

Recebem o recém-nascido

Como um Deus, que escolheu ser homem:

Desafiará os quatro Oceanos, Cavalgará mil milhas contra as tempestades!-

Ninguém se alegra quando nasce a menina.

Com ela, a família não ganhará fama.

Cresce escondida em seu quarto,

Com medo de olhar e ser olhada.

Quando casa, ninguém chora esse dia

— Nuvem negra que não arreventa em chuva.

Toda consentimento, inclina a cabeça

Seus dentes brancos mordem os lábios vermelhos.

Reverências, genuflexões,

Humilde com os criados, sorri à concubina.

O marido a ama, da distância da Via Láctea.

Antes, ele era o Sol, e ela o girassol

Agora, são como a água e o fogo.

O rosto lhe marcou os vincos desses anos.

Anda com outras, o marido.

Foram, um dia, o corpo e sua sombra,

hoje, são como os chineses e os hunos.

Mas chineses e hunos, às vezes se conciliam.

Eles, como Shen e Shang, ao girar se separam.

CLASSIFICADOS

Publicamos anúncios classificados de qualquer parte do Brasil. Preço: Cr\$ 10.00 por palavra publicada. Favor remeter texto pronto e cheque no valor do número total de palavras à Redação do *Mulherio*. Av. Prof. Francisco Morato, 1565, Cep. 05513, São Paulo, SP (Cheque nominal à Fundação Carlos Chagas).

PSICOLOGIA CLÍNICA — Atendimento individual ou de grupo em psicoterapia, psicodiagnóstico, orientação familiar e vocacional. Grupos de mães, gestantes, mulheres em menopausa e mastectomizadas — uma proposta de análise da psicologia feminina, em busca de uma definição de papéis. Helena Trevisan — R. Tabapuã, 649, conj. 93, Itaim Bibi, fone - 64-8679 São Paulo.

NO RIO, ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA FEMINISTA — As advogadas Comba Marques Porto e Leonor Nunes de Paiva e a estagiária Branca Moreira Alves atuam nas áreas de Família, Cível, Criminal e Trabalhista em defesa dos direitos da mulher, tendo em vista a luta contra a discriminação presente em nosso sistema legal. End.: Rua Debret 23/1316, fone 240-9130, das 11 às 18.30 horas. Rio de Janeiro.

BERÇARIO VIRAMUNDO — Num espaço aconchegante e gostoso, com pessoas afetivas e preocupadas com o bem-estar físico e emocional da criança, o Berçário Viramundo tem um trabalho de formação com bebês de 3 meses a 3 anos, através do relacionamento intenso com adultos e outras crianças e através do brinquedo livre.

Agimos baseados no princípio de que criança tem capacidade, ritmo, necessidades e direitos próprios que precisam ser respeitados. E isso começa a partir do momento em que a criança é considerada como pessoa. Venha conversar conosco e conhecer o nosso trabalho. Berçário Viramundo — R. Alves Guimarães, 475, Pinheiros, das 7:30 às 18:30 hs - fone 881-7488.

TEMPOS MODERNOS

OS IRMÃOS DE SANGUE

O que aconteceria se, de repente, menstruar se tornasse uma característica unicamente masculina? A resposta é quase óbvia: a menstruação passaria a ser invejada, comemorada como os eventos que despertam orgulho na família. Os homens não se intibiriam em fazer alardes sobre duração e volume. Os meninos, por sua vez, marcariam a vinda do primeiro ciclo como prova concreta de masculinidade — o que merece ritos religiosos, festas de iniciação sexual.

Ao Congresso caberia criar o Instituto Nacional de Dismenorria, destinado a acabar — ou pelo menos amenizar — com o desconforto mensal provocado pela menstruação. Produtos de higiene seriam subsidiados pelo governo e, certamente, distribuídos de graça. Mas alguns homens iriam preferir o prestígio de marcas comerciais, aderindo aos tampões John Wayne ou aos absorventes Muhammed Ali.

Militares, políticos de direita e religiosos conservadores usariam a menstruação como prova de que somente os homens se habilitariam a servir ao Exército ("quem dá sangue pode tirar sangue" é uma sugestão de slogan), a ocupar cargos políticos (como as mulheres poderiam ser agressivas sem aquele ciclo governado pelo planeta Marte?), a cumprir funções na Igreja (como poderia a mulher dar seu sangue por nossos pecados?).

Políticos de esquerda, homens radicais insistiriam na condição de igualdade

da mulher. Com algumas condições: as mulheres teriam que encontrar uma forma de "sangrar" todos os meses, atendendo ao preceito de que é preciso dar sangue para a revolução, além de reconhecer a importância da matéria "menstruação".

A televisão dedicaria horas ao assunto, os jornais exaltariam a dignidade masculina ao enfrentar o stress mensal provocado pela menstruação. No cinema, Paul Newman e Robert Redford viveriam "Os Irmãos de Sangue". Nas relações afetivas, os homens convenceriam as mulheres de que a prática do sexo seria muito mais excitante naquela época do mês. As lésbicas não escapariam do comentário de que temiam o sangue e, por conseqüência, a vida — o que, certamente, seria resolvido pela presença de um homem especial, e menstruado.

Os intelectuais se apoiariam em argumentos mais lógicos. Como poderia, por exemplo, uma mulher ensinar qualquer disciplina que exija o sentido de tempo, espaço e medida sem dispor daquele presente natural que pode medir os ciclos da lua e dos planetas e, dessa maneira, medir todas as outras coisas? No campo da filosofia e religião, como as mulheres iriam compensar esta perda do ritmo do universo? As mulheres, é bom que se lembre, não viveriam o símbolo mensal da morte e ressurreição. Os homens liberais de todas as áreas tentariam ser educados, lembrando que o fato de "essas pessoas" não nascerem com o presente da natureza já é suficiente punição.



Ilustração Eliana Palva

E como as mulheres iriam reagir? As mais submissas concordariam com todos esses argumentos, sempre mostrando um sorriso masoquista nos lábios. As reformistas tentariam imitar os homens. Todas as feministas explicariam incansavelmente que os homens também precisariam se libertar da falsa idéia de agressividade, da mesma maneira que as mulheres teriam que lutar contra o complexo pela ausência de menstruação. Feministas radicais acrescentariam que a opressão pela menstruação é a base de todas as outras opressões. Feministas socialistas insistiriam que apenas num regime capitalista os homens monopolizariam o sangue menstrual.

Na verdade, se os homens menstruassem, as justificativas para a conotação poder-menstruação iriam longe e para sempre. Se as mulheres deixassem. (Original de Gloria Steinem, publicado na revista Ms e reproduzido no boletim Revolutionary & Radical Feminist).

Depois das 10, acabou a brincadeira

Variam os horários, mas as mulheres do mundo todo sabem que andar pelas ruas à noite é "ousadia" nem sempre bem sucedida. Porque há homens violentos soltos nas cidades, porque não há proteção ao seu direito de ir e vir, porque a noite denota prazer e este, com certeza, é um privilégio

masculino. O conselho que a mulher recebe sempre que as estatísticas apontam um aumento nos crimes praticados nas ruas é o de ficar em casa, num recolhimento espontâneo e medroso, numa prisão que permite cafézinho e novela.

Já que a lei em vigor acaba sendo a do "cada um se defende como pode", não há mal nenhum em tentar soluções para o problema. Como a experiência divertida de grupos feministas de Rochester, Estados Unidos.

Motivadas pela ausência de medidas efetivas contra a violência, participantes de diversos grupos feministas da cidade decidiram decretar um "toque de recolher" para os homens. Espalharam posters por todas as esquinas. Utilizaram o logotipo oficial da Prefeitura, avisando que aquela era uma decisão do Departamento de Prevenção contra Estupros. Os posters diziam:

"Atenção. Toque de recolher às 10 da noite para todos os homens, a partir de 2 de abril de 1981. O objetivo é garantir a segurança das mulheres e impedir que novos ataques de violência sexual sejam praticados. Todos os homens devem se recolher. Só podem ficar nas ruas aqueles que estiverem acompanhados por duas ou

mais mulheres. Precisando de permissão para emergência, ligue para..."

Logo no dia seguinte, a polícia começou a remover os cartazes e avisou a imprensa de que aquele departamento não existia e o número do telefone para "permissões de emergência" pertencia ao setor de licenciamento de cães. Mas os vários grupos de mulheres envolvidos na "campanha" também agiram com rapidez. Questionaram as autoridades e a imprensa sobre o tempo gasto com a destruição do que seria uma crítica à ineficiência do poder público em combater o estupro — crime que aumentou numa média de 20% nos primeiros nove meses do ano passado, segundo as estatísticas (incompletas) de Rochester.

As mulheres também protestaram contra o conselho de que o melhor contra a violência é não sair às ruas de noite, alegando que esse "recolhimento voluntário" é uma forma de prisão, que limita as atividades da mulher, impede que ela se encontre com outras mulheres e a torna mais vulnerável ao ataque. E sequer diminui a criminalidade. (Extraído do boletim WIN News, publicado nos Estados Unidos.)



Ilustração Eliana Palva

O LONGO CAMINHO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O debate das questões políticas governamentais, as eleições e as definições dos partidos encontram-se na ordem do dia do noticiário nacional. Como se situa a mulher neste debate? Persiste ainda, fortemente, a concepção de que política não é coisa de mulher ou de que, no máximo, ela deve participar de fora, aprendendo a falar do assunto para demonstrar cultura geral. Pois, afirmam, a mulher não tem a inteligência, a coragem e a força necessárias para enfrentar a vida pública.

Os fatos provam o contrário. Nesta página, um conjunto de fotografias comprova a atuação corajosa das mulheres na política, enfrentando, por vezes, as armas da repressão policial para defender suas idéias.

Em um ou em outro extremo ideológico — no Movimento pela Anistia ou na Marcha da Família com Deus pela Liberdade —, encontramos registro de mulheres que empunharam bandeiras e cartazes, gri-

taram slogans e saíram às ruas em passeata. Muitas vezes, quando foi conveniente, os poderosos abandonaram o mito da mulher frágil, incentivando suas parceiras a uma participação ativa — para depois voltar a afirmar que elas devem resguardar-se da participação política, atendo-se a questões mais amenas.

A consciência de que a mulher pode e deve participar da vida pública é ampla. A repórter Célia Chaim e o fotógrafo L. Gevaerd, de Mulherio, andaram por feiras, prédios de escritório e portas de fábricas de São Paulo para perguntar a mulheres de diferentes níveis sociais e várias profissões se "política é assunto de mulher". A pergunta, feita sem nenhum rodeio, foi motivo de surpresa, indignação e, quase sempre, um "claro que é" antecedendo a qualquer comentário. A grande maioria das entrevistadas não hesitou um segundo, respondendo positivamente com a

rapidez de quem já tem uma idéia definida. Houve casos de secretárias que não opinaram por medo de contrariar o chefe. Numa pequena fábrica, a própria chefe decidiu quais seriam as entrevistadas. Mas, de maneira geral, todas se mostraram receptivas e entusiasmadas com a possibilidade de manifestar publicamente, para um jornal, suas posições. (As fotos e os depoimentos obtidos nessa enquête encontram-se na capa desta edição e ao longo das páginas 14 a 19).

Entrevistamos também neste número militantes do PDT, do PMDB e do PT, que mostram a participação da mulher na luta partidária direta. Embora crescente, essa participação ainda é limitada. Basta ver que hoje há apenas quatro deputadas federais (Cristina Tavares, do PMDB-PE; Lúcia Viveiros, do PP-PA; Júnia Marise, do PMDB-MG; e Lygia Lessa Bastos, do PDS-RJ) e uma senadora,

Eunice Michles, do PDS-AM (Laélia Alcântara, do PMDB-AC, suplente, está ocupando temporariamente uma vaga).

Quando comparamos as respostas colhidas nas ruas com os depoimentos das militantes partidárias, encontramos um hiato muito grande. Contraindo-se à participação direta, privilégio de poucas, existe o interesse amplo mas, ao mesmo tempo, vago, da maioria das mulheres. A política ainda parece estar muito distante de um cotidiano sobrecarregado de deveres e, muitas vezes, confinado ao espaço familiar. Falta ainda a percepção de que esse cotidiano, de que as próprias relações que se desenvolvem dentro de casa também são políticas. Convém refletir: essa distância não ocorreria pela bloqueio, em nosso país, dos canais diretos de reivindicação e participação, onde as mulheres poderiam participar da vida pública?



Março de 64, São Paulo. Nas ruas, uma das integrantes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade carrega um terço, uma bandeira do Brasil e um cartaz incitando à participação na "Campanha de Educação Cívica". Houve marchas em diversas cidades brasileiras, e elas foram decisivas para a queda do então presidente João Goulart.

1912, Fortaleza. As mulheres têm uma participação decisiva na revolta popular que provocou a queda da oligarquia Acioly, no poder desde 1896, e a eleição de Franco Rabello para o governo do Estado. Como historiador Rodolpho Theophilus (Libertação do Ceará, Lisboa, 1914), médico cearense, as mulheres criaram na ocasião várias entidades, entre as quais a Liga Feminista Pro-Ceará Livre, e promoveram muitas passeatas. Entre elas, uma passeata de mais de 600 crianças, na qual se destacou a figura de Odele (foto), e que foi dissolvida pela polícia. O historiador conta: "Estática, no meio do povo que se debandava acodadamente, via-se a menina Odele. Esta jovem, que simbolizava perfeitamente o heroísmo da mulher cearense, não saiu do lugar em que se achava quando começou o ataque, muito embora as balas passassem zimbando pelos seus ouvidos e algumas atravessassem a bandeira que tão dignamente carregava. Quando o piquete de cavalaria deixou a praça, a valerosa menina retirou-se com a maior calma, dando aos seus patriotas o mais belo exemplo de coragem e civismo."



Abril deste ano, Rio. Uma passeata pede o fim dos atentados políticos, como aquele que matou dona Lyda Monteiro, funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), há um ano. Pede também o esclarecimento dos casos dos "desaparecidos" nos órgãos de repressão. É bom lembrar: as mulheres foram as pioneiras na luta pela anistia no Brasil, com o Movimento Feminista pela Anistia.

Praça da Sé, São Paulo, abril de 80. Integrantes do Movimento Contra a Censura fazem um ato público para exigir o congelamento dos preços de dez alimentos de primeira necessidade. O Movimento surgiu há seis anos, por iniciativa de mulheres da periferia da zona sul da cidade. Hoje, tem núcleos em quase todos os Estados.



Julho de 81, na porta da Prefeitura de São Paulo, cerca de 500 mulheres da periferia cobram do prefeito o cumprimento de uma promessa feita no início de sua gestão: a construção de 830 creches na cidade. Até hoje só foram construídas 30, a maioria em péssimo estado, enquanto o Movimento de Luta por "creches espalha-se por toda a cidade.



Foto Nair Benedito - A3 F4



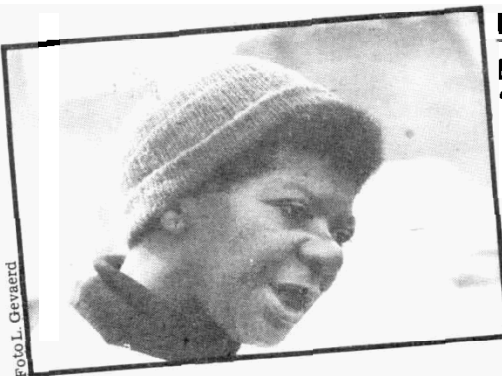
Vale do Ribeira, SP, região fortemente marcada por conflitos de terra. Os posseiros resistem às tentativas de edificar empresas de retirá-los do lugar onde vivem e trabalham há vários anos, numa luta que, na região, é liderada sobretudo por mulheres. Na foto, elas esperam o argentino Adolfo Peres Esquivel, prêmio Nobel da Paz de 80, para uma reunião, em sua recente visita ao Brasil.

Foto Nair Benedito - A3 F4

Abril de 79, saguão da Assembléia Legislativa de São Paulo. Funcionários públicos em greve fazem uma assembleia para discutir os rumos do movimento. A participação das mulheres em movimentos trabalhistas é crescente, e não só nas categorias em que elas estão presentes. Lembre, por exemplo, da caminhada das esposas de metalúrgicos do ABC no ano passado, pedindo a reabertura das negociações entre operários grevistas e empresários.



Foto Nair Benedito - A3 F4



Política é assunto de mulher?

Diva Mota, 42 anos, coletora de lixo em feiras:

"Nós podemos falar sobre isso, sim. Temos o dever de trabalhar para ajudar em casa, cuidamos dos filhos, por que não podemos falar sobre política?"

Adalgisa, a deputada de 45

Não tinha jornal recifense na década de 40 que não publicasse diariamente uma notícia sobre as atividades da deputada Adalgisa Cavalcanti, única mulher na Assembléia Legislativa na época. Ela era figura obrigatória em qualquer reunião ou manifestação pública, onde se destacava pela defesa intransigente dos direitos da mulher.

Hoje, aos 76 anos, quase cega por ação de um glaucoma que lhe lacrima os dois olhos, Adalgisa se esconde num apartamento no centro do Recife, e só recebe visitas se estas chegarem através de amigos de confiança. Para as pessoas conhecidas, a casa está sempre aberta. Para os estranhos, só com carta de apresentação. "Não é que eu tenha medo, mas já me aborreci muito e acho que hoje devo poupar a minha velhice", diz ela, justificando a desconfiança inicial. Mas, depois de algumas horas de papo, onde sonda a ideologia do entrevistador, abre-se, satisfeita de poder relembrar o passado.

Adalgisa Cavalcanti diz que começou a se interessar por política em 1934, quando as mulheres tiveram permissão para votar. "Eu vinha de uma família reacionária, católica fervorosa, mas nessa época já estava casada com um homem maravilhoso chamado Tito Tenório Cavalcanti, com quem vivi 56 anos e que me deu o melhor apoio que uma mulher pode desejar." Ele não gostava de aparecer em público, mas dava a maior força para Adalgisa ser uma mulher emancipada.

E ela começou uma intensa atividade política. Foi repórter política do jornal *Folha do Povo*, onde fez contatos com deputados e pôde conhecer as diferenças entre os partidos. Criou sucessivamente quatro grupos feministas, também sucessivamente desmanchados pela polícia, devido à sua fama de comunista. Os grupos foram o Comitê de Mulheres pela Democracia, criado logo depois da II Guerra; a União de Mulheres de Pernambuco; a Associação de Mulheres de Pernambuco e a Liga Feminina de Pernambuco. Depois resolveu fazer um jornal, *Tribuna Feminina*, que saiu apenas duas vezes, por problemas financeiros. Em seguida, abriu no Recife a sucursal nordestina do jornal *Momento Feminino*, ligado à Federação de Mulheres do Brasil, de circulação nacional, e que teve vida intensa de 1947 a 1957.

"Meu trabalho, meu interesse, era pelas mulheres da periferia, mal esclarecidas, duplamente exploradas pelas suas condições de mulheres e proletárias. Ajudei a fundar várias ligas de lavadeiras, operárias, empregadas domésticas, e costureiras, pela periferia do Recife. Ficava feliz em poder servir às outras mulheres, minhas irmãs."

Foram essas mulheres que a elegeram deputada estadual pelo então legalizado Partido Comunista, em 1946, com uma votação expressiva. Em sua plataforma, além das bandeiras do partido, ela se comprometia a lutar pela emancipação feminina em todos os níveis. Adalgisa lembra que foi uma época difícil.

"Eu não tinha nenhuma experiência parlamentar. Pra organizar coisas, conversar com um público restrito, eu era ótima, mas para falar com microfone, era uma negação. Sofri muito com essa inexperience, mas logo aprendi a ficar em pé de igualdade com os homens. Na verdade, nunca sofri discriminação dos meus colegas por ser mulher. Nem discriminação contra nem a favor, que é aquela que incede a frente porque você é mulher. Mas não deu tempo de fazer muita coisa, porque fomos todos cassados em fins de 47."

O mandato de Adalgisa durou exatamente nove meses, "a idade de uma gestação". Cassada, com os direitos políticos suspensos por 10 anos, nem assim ela parou. "Não aparecia oficialmente, mas continuei participando de todas as campanhas, com o apoio do meu marido." Participou da campanha do petróleo, da coleta de assinaturas contra a ida de soldados brasileiros para a guerra da Coreia, da eleição de Juscelino e da formação da Frente do Recife que elegeu Miguel Arraes prefeito e depois governador do Estado. Até 1963 já tinha sido presa 19 vezes. Algumas prisões duraram dias, outras, meses. Alguns interrogatórios foram mais pesados. Em 1964 foi condenada a dois anos de prisão, que cumpriu, já com 60 anos, no presídio feminino do Bom Pastor. Depois de libertada, com o marido doente, afastou-se um pouco da política, mas nunca deixou de receber visitas e saber das novidades.

Hoje, sem o marido, que morreu em 1975 — "e que me faz mais falta do que tudo nesse mundo" —, Adalgisa Cavalcanti limita sua atuação a algumas conferências em sindicatos de classe e colaborações esporádicas para o jornal *A Voz da Unidade*. Mas lê muito, procura estar sempre bem informada e tem opiniões precisas sobre diversos assuntos. É a favor, por exemplo, de as que mulheres se unam para brigar por suas reivindicações específicas "desde que não excluam os homens no momento em que participem da luta comum e mais geral".

Aliás, briga muito pela "participação plena das mulheres de todas as classes

sociais no processo democrático brasileiro". Briga também pela legalização do Partido Comunista, "a quem permanecerei fiel por toda minha vida". É contra a interferência do Estado no controle de natalidade, que considera um problema exclusivo dos casais.

Acha que só se chegará próximo de uma verdadeira democracia quando for convocada uma Assembléia Nacional Constituinte, onde todo o povo brasileiro possa manifestar sua opinião sobre os problemas nacionais. Mas pensa que isso só acontecerá quando houver uma pressão popular de grandes proporções, "uma pressão pacífica e não uma luta armada."

Bem conservada, comendo arroz integral e tratando-se com remédios homeopáticos, a antiga deputada parece ter menos idade do que tem. Mas queixa-se do cansaço, e de que o corpo não obedece mais. Sem filhos, diz que vive do passado, e que gostaria muito de poder ser moça hoje em dia, porque estaria agitando muitas por aí. "Hoje sou velha, mas tenho a satisfação de ter um passado político que me deixa tranquila de ter contribuído um pouco para melhorar as coisas."

Beth Salgueiro



Foto Cleide Seina

Ela tem 76 anos e um intenso passado de militância

Política é assunto de mulher?

Ângela Alonso, 18 anos, estudante:
"O Brasil ainda não
teve uma mulher como presidente
e isso mostra como este
país tem uma "cabeça fechada".
A mulher precisa
entender de política.
No mínimo, para bater
papo com o namorado."



Foto L. Gevaert

Memórias da clandestinidade

No fim dos anos 60 e começo dos anos 70, os jornais freqüentemente falavam de mulheres — algumas ainda adolescentes — de metralhadora na mão, assaltando bancos, enfrentando policiais, participando de ações armadas. Eram as militantes de organizações clandestinas de esquerda. A memória desse tempo recente começou a ser levantada há pouco, com a volta dos exilados ao Brasil. Mas quase nada se falou sobre a participação da mulher nesses episódios. Para começar a recuperar esse passado, do ponto de vista das mulheres, publicamos aqui uma conversa de Elizabeth Souza Lobo, do Conselho Editorial de Mulherio, com duas ex-militantes de organizações clandestinas: Renata Ferraz Guerra de Andrade, descrita pelos jornais da época como "a loura dos assaltos", hoje tem 34 anos, uma filha, trabalha como atriz no Rio e está começando a escrever um relato sobre sua participação na guerrilha; e Miriam Abramovay, 33 anos, pedagoga, dois filhos, hoje faz parte do Grupo de Encontro da Mulher, que atua junto a moradoras da periferia do Rio



Ilustração
Hans Georg Rauch

RENATA

"Cheguei à militância política no cursinho. Conheci várias pessoas que me convidavam para discussões, pouco depois eu estava também militando. Na época era o que eu precisava, tinha 19 anos, estava há um ano em São Paulo. Passei seis meses conhecendo a cidade, indo a festas, espetáculos, até que decidi estudar e fui fazer o cursinho. Muito séria, muito estudiosa. Minha família era conservadora: aos 16 anos eu participei da marcha da família...

Com a militância houve problemas em casa. Fui morar sozinha. Estava tão fascinada pela política que achava que não podia tratar de problemas pessoais. Abandonei a psicologia depois de ter passado no vestibular, fui trabalhar para me manter. Trabalhava numa empresa de pesquisa de mercado. Acho que todas fizemos isto na época. O pessoal que me tinha recrutado começou então a pensar numa organização armada, lemos Debray (1). A militância preenchia tudo na minha vida. Uma vida espartana. Havia algo muito forte na militância: ela dava um sentido geral à vida. Quando fatalmente você ia morrer aos 30 anos na serra, não precisava se preocupar muito com o cotidiano. Fatalmente você ia desaparecer, viver num território liberado...

Em crises nem se falava. Eu me apaixonei por um cara que não era meu companheiro e morria de vergonha. Em prazer também não se falava, não se discutia sexualidade. Todo o dispêndio de energia que não fosse diretamente ligado a militância era considerado negativo. Comíamos o mínimo possível, bebíamos o mínimo possível e transávamos o mínimo possível. Até ir ao cinema era para mim uma forma de elevar o meu

nível militante. Ter filhos também era um desvio pequeno burguês.

Nossa situação tinha muito a ver com as dos nossos companheiros. Mas criticar isso não passava pela nossa cabeça. Eu achava justo ter tarefas importantes. Afinal, largara tudo, vivia isolada. Eu fazia tarefa de homem, era um homem, sentia e pensava como um homem.

Quando surgiram as divergências políticas, fui expulsa da organização por indisciplina. Não tinha mais condições de viver na clandestinidade. Fui para o Uruguai com meu companheiro e dois amigos. No princípio ainda pensei em voltar, mas quando fui para o Chile, me convenci que o exílio seria longo. Fui eu que arrastei meu companheiro.

Eu só vivi o machismo. Separei do meu companheiro de militância. Vivi com um argentino. Fui para Buenos Aires, fiquei grávida. Ele queria outra vida, conhecer o mundo. Fiquei. Casei com outro. Era artista. Eximia-se até de sustentar materialmente a filha. Eu fazia tudo, trabalhava, cuidava da casa. Não tinha amigos. Vivi assim três anos.

A opressão atinge também a vida sexual. Eu vivia com um cara com quem não queria mais transar, mas não tinha jeito de sair da relação, da dependência dele, da família dele, mesmo se me sustentava, estava isolada. Depois voltei para o Brasil. Por política só me interessei quando posso intervir.

Minha militância durou pouco mais de um ano. Parece uma vida. Mas eu me desliguei sem grilo. Talvez porque tivesse provado para mim mesma que era

corajosa. Sou assim, não espero as situações extremas, rompo."

MIRIAM

"A organização era para nós a família, a religião que tínhamos abandonado. Eu tinha 18 anos, era uma menina de quem todos se orgulhavam. Uma menina numa organização armada. Sempre fui preocupada com "os destinos da humanidade em geral", como diz a Renata. Com 13 anos trabalhava em favela. Vivias as culpas do mundo e da minha família. E para a família eu era a diferente, a inteligente. Envolvia também as minhas amigas. Houve uma que quando me ouviu, agora, criticar o que vivi, nunca mais me procurou.

Na organização éramos poucas mulheres. Todas casadas. Éramos moralista. Nunca me passou pela cabeça transar com outra pessoa além do meu marido. As crises do meu casamento eu vivia como problema meu.

Eu fiquei grávida e abortei. A organização não queria que meu filho nascesse, nem eu. Era uma forma de abandonar a luta. Só as mulheres dos militantes, as que "não faziam nada", tinham filhos. E eu criticava também a Yara (2), porque se enfeitava, porque transava. As críticas não eram abertas. Ela era a única mulher que se impunha de uma forma particular. As lideranças respeitadas eram as dos corajosos...

A Renata era endeusada. Quando saíram as manchetes sobre a loura dos assaltos, quando a gente sacou que era ela, passou a ser nosso modelo. Tipo "um dia eu chego lá". Mas as outras mulheres só faziam trabalho estudantil, menos importante. Não me lembro de ter escrito algum documento com minhas companheiras. Nem no setor de apoio havia muitas mulheres. Eram só duas. Eu não me questionava. Achava que era boa militante, largara a faculdade quando me mandaram, casara quando me mandaram, era disciplinada, não tinha medo, estava em todas.

De repente me vi só, clandestina, os companheiros morrendo. Comecei a sentir medo. Queria viver. Saí.

As mudanças vieram muito depois. Separei, casei, tive filhos. Passei três anos transando meus filhos, não estudava, fazia uma faculdade ruim, porque era a única que não me exigia nada. Só queria cuidar dos filhos. Aos poucos é que comecei a me expandir. O feminismo foi primeiro uma coisa longe, intelectual. Falava-se da classe operária. Só na França, mais tarde, começamos a discutir nossos problemas.

Na Europa a situação era pouco diferente. Também nos vimos de repente sozinhas, com filhos. Mas os homens também mudaram. Havia divisão das tarefas domésticas. Mesmo assim, sempre ficou um pouco do sentimento de opressão que começa na vida doméstica.

E eu até hoje rejeito toda militância fora do movimento de mulheres."

(1) Régis Debray, teórico francês, cujos livros influenciaram fortemente o movimento de guerrilha na América Latina.

(2) Iara Iavelberg, uma das líderes mais destacadas do movimento guerrilheiro, foi companheira de Carlos Lamarca e morreu assassinada pela polícia em Salvador, em 1970.



Política é assunto de mulher?

Irma Passoni, deputada:

"Na minha opinião, não se deveria fazer esta pergunta, que já pressupõe uma certa inferioridade da mulher.

Isso nós já superamos desde 1930 e poucos, quando adquirimos o direito ao voto, o direito de interferir na política, a responsabilidade de fazer política. A mulher, quando cuida da casa, lida com o bem público e sofre a política".

A difícil — mas possível — ação

E possível ser feminista nos partidos políticos? Mulherio fez esta pergunta a três militantes de partidos de oposição, o PT, e PMDB e o PDT (o PTB e o PP, convidados a responder, não se manifestaram). Suas respostas, que publicamos a seguir, compõem um quadro interessante das dificuldades de articulação da luta pela emancipação da mulher com as lutas mais gerais da sociedade. Mas revelam, também, os avanços que já foram obtidos neste campo.

Lia Zatz, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Trabalha numa editora de São Paulo, tem 28 anos. Participou da criação do jornal "Nós Mulheres" e hoje está na Associação das Mulheres "Jany Chiriack".



"Não gostaria de responder a esta questão falando do meu partido político que, no caso, é o PMDB. Se estou no PMDB não é porque sou feminista ou porque esse partido não entra em choque com minhas idéias e atuação feministas, mas sim porque minhas idéias políticas me levam a considerá-lo como o partido que, atualmente, pode melhor contribuir numa mudança da sociedade.

Acho que a questão é mais ampla e se resume na seguinte problemática vivida por várias militantes partidárias feministas. A dificuldade de ser feminista para uma militante partidária e a de ser militante partidária para uma feminista.

Penso em primeiro lugar em quanto foi difícil me tornar feminista sendo, antes de tudo, uma militante partidária. E acho que esse não é um problema meu, individual, mas de muitas mulhetes militantes que custaram muito a se sentirem sensibilizadas pelo feminismo. Esquemáticamente pensávamos o seguinte: "Somos militantes e portanto somos esclarecidas, emancipadas e logicamente sabemos que as mulheres têm problemas mas, do alto de nossa clarividência (e bitolamento), temos a mais absoluta certeza de que esses problemas só poderão ser resolvidos pela luta das massas oprimidas pela transformação radical da sociedade".

Essa era a nossa cabeça. Essa é a nossa formação política. E, enquanto temos essa cabeça, podemos até dizer que o feminismo é importante mas, lá no fundo, temos o mais absoluto desprezo pela luta

das mulheres, considerando-a secundária, exterior e ao mesmo tempo abaixo de nós, mulheres-militantes-esclarecidas-emancipadas. E, pelo que tenho visto, vivido e ouvido, não é absolutamente a militância partidária que nos sensibiliza para o feminismo.

Só me tornei feminista quando, pela vivência, pelos problemas enfrentados, vi que não era tão diferente assim das outras mulheres e muito menos tão igual assim ao meu companheiro e amigos homens. E, é óbvio que, chegando nesse ponto, você começa a questionar toda a sua vivência e percebe o quanto você não é de fato uma mulher livre. Você começa a captar coisinhas, detalhes, que antes não te chamavam a atenção. Você muda e essa mudança, essa nova sensibilidade se reflete também na tua militância. Você começa a empregar uma boa parte do seu tempo disponível para a militância no movimento de mulheres, para o estudo da questão. Você começa a pressionar dentro do seu partido ou organização política para que discutam a questão e a atuação que você tem. E a mais absoluta indiferença ou um grande paternalismo são as respostas para as tuas iniciativas. Todas as outras questões são consideradas mais importantes e a luta das mulheres vai sendo deixada para o fim, para o dia em que sobrar um tempinho para essa discussão. E, quando, de repente, teus companheiros partidários percebem que o movimento das mulheres existe, cresce, mobiliza e começam a dar um pouco de atenção ao trabalho que você está desenvolvendo há anos, muitas vezes são pegos de surpresa.

Esse é um dos lados. Porque tem o outro. A marginalização (discriminação? preconceito?) a qual somos submetidas no interior do próprio movimento de mulheres. E uma desconfiança constante. Somos vistas como as que sempre trazem soluções prontas no bolso do colete, como aquelas que sempre estão querendo puxar a sardinha para o seu partido. É lógico que dá para entender essa desconfiança. Ela tem seu fundamento na prática viciada e tradicional dos partidos políticos que tentam sempre instrumentalizar os movimentos sociais.

Na verdade, há duas tendências constantes hoje no movimento de mulheres: de um lado, estão as que glorificam o partido político, o seu partido, como o único capaz de encabeçar a luta pela transformação da sociedade e que portanto vêem o movimento de mulheres como secundário e tático, como maneira de mobilizar as mulheres para as questões gerais defendidas pelo seu partido. De outro lado, estão as que menosprezam todos os partidos políticos e que, pelo medo de serem usadas como massa de manobra fecham-se dentro do movimento, individualizam suas questões, recusam-se a atuar no sentido de concretizá-las como questões políticas, sociais e democráticas.

No meio... um vazlo que começa a ser ocupado. Falta um pouco de dialética nisso tudo e talvez seja dessa reflexão que possa surgir uma política feminista capaz de fazer com que o movimento de mulheres se torne um verdadeiro movimento social."

Lícia Peres, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Socióloga, feminista, dirigente do Movimento Feminino pela Anistia desde 1975, hoje pertence ao Diretório Estadual do PDT no Rio Grande do Sul.



"É sim. É possível ser feminista dentro do Partido Democrático Trabalhista. Quero deixar claro que ser feminista é difícil na sociedade brasileira em geral, que não está acostumada com a mulher reivindicante, consciente dos seus direitos e que luta para obter uma situação melhor para si e para as outras mulheres. Dentro do PDT, a mulher tem conseguido conquistar um espaço e estamos realizando um trabalho novo de organização das mulheres.

Quando escolhi, de forma consciente, o PDT para filiar-me, levei em consideração o seu programa. Um programa avançado, de acordo com a realidade brasileira, que estabelece como um de seus compromissos prioritários a integração da mulher na vida política. O primeiro compromisso do PDT é com as crianças brasileiras, levando em consideração os 30 milhões de crianças carentes, que necessitam de atenção imediata, num verdadeiro programa de salvação nacional. O segundo ponto é o compromisso com o trabalhador. O trabalhismo faz uma opção clara de privilegiar sempre o trabalho, e não o capital, como tem sido feito, principalmente nestes últimos 17 anos de autoritarismo.

Mas gostaria de deter-me no terceiro compromisso do PDT. E o compromisso com as mulheres. Quando estabelece esse ponto como um dos primeiros, o Partido Democrático Trabalhista reconhece a discriminação que sofremos e a necessidade de promover e integrar a mulher.

Nós, mulheres do PDT, organizamos em novembro um encontro que reuniu 200 mulheres do Estado. Compareceram operárias, donas-de-casa, estudantes, profissionais liberais. Ficou claro que nós não queríamos nos isolar em Departamentos Femininos, que tradicionalmente

Política é assunto de mulher?

Rosângela Moura Campos, 21 anos, operária:
"Lógico que é assunto para mulher.
Eu adoro o Lula porque ele favorece
os trabalhadores.
Gosto do assunto, mas só entendo um
pouquinho".



feminista nos partidos políticos

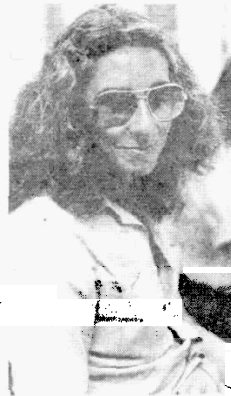
restringem a atuação da mulher a um único setor. Esses departamentos acabaram se transformando em barreiras que impedem a integração da mulher nos processos de decisão partidária. São acionados em períodos eleitorais como braço auxiliar dos partidos para trabalhar para candidatos, geralmente masculinos, organizando os conhecidos chazinhos ou festividades. Enfim, às mulheres ficavam reservadas as tarefas secundárias.

Por outro lado, necessitávamos de um instrumento que permitisse às mulheres organizar-se para atuar na estrutura partidária, ao nível da base e da direção. Assim nasceu a Ação da Mulher Trabalhista (AMT) do PDT, que não é um espaço exclusivo de atuação das mulheres no Partido, mas constitui-se num fórum permanente de debates sobre a problemática da mulher, contribuindo decisivamente para sua formação política. Foi elaborada a Carta da Mulher Trabalhista e traçado um Plano de Ação, que prevê a participação da mulher nos seguintes pontos prioritários: 1 — na luta pela construção de uma sociedade democrática e socialista no Brasil; 2 — nas entidades de classe, associações de bairros, sindicatos, movimentos feministas, etc; 3 — na conquista de cargos de direção do Partido, em todos os níveis; 4 — no processo político eleitoral, como candidatas; e 5 — na construção de sua própria identidade, deixando de ser a sombra do Homem.

Hoje, na Direção Regional do PDT gaúcho, temos seis companheiras que foram eleitas pela AMT, duas das quais estão no Diretório Nacional: Míla Cauduro na Executiva Nacional e eu como suplente. A direção da AMT em Porto Alegre, cuja presidenta é Dilma Linhares, é composta de 60 mulheres (45 titulares e 15 suplentes). Nossas reuniões são semanais e trabalhamos em comissões. Há comissões de Finanças, Formação Política, Relações Sindicais, Divulgação e Trabalho de Base. Hoje existe uma Secretaria da Ação da Mulher Trabalhista, e nosso objetivo é formar AMTs em todos os 232 municípios do Estado.

Nós não podemos pensar em democracia com 50% da população, as mulheres, sofrendo discriminação de toda a ordem. E não adianta lutarmos exclusivamente pela mudança na estrutura da produção, achando que a igualdade virá por acréscimo. Isso não ocorreu em nenhuma sociedade socialista, onde, apesar dos grandes avanços que a mulher obteve, o machismo ainda permanece. A tradição resiste à mudança e é fundamental que a transformação se dê em três níveis: no plano da produção, na estrutura de poder e no plano da consciência (valores). A destruição de formas autoritárias na família, nas escolas, a luta pela mudança dos costumes são tarefas imediatas. E a participação política da mulher é condição indispensável para que possamos construir uma sociedade democrática e socialista".

Elizabeth Souza Lobo, do Partido dos Trabalhadores (PT). Socióloga, 38 anos, é professora de Ciência Política em Marília (SP). Sua participação em movimentos de esquerda lhe valeu o exílio, no Chile e na França, de 70 a 79.



"É uma aposta: um engajamento.

Possível na medida em que o PT se define como um partido apolado e enraizado nos movimentos sociais. Assim, quase que por definição, o movimento de mulheres é importante para o PT, o PT está no movimento de mulheres, mulheres do movimento estão no PT.

Cabe uma pergunta: mas o que é ser feminista? É lutar contra a opressão das mulheres na sociedade de classes, quando sua sexualidade é reprimida, quando o governo decide quem pode ter filhos e trata como criminosas aquelas que abortam. É lutar por salário igual para trabalho igual, por uma divisão igualitária do trabalho doméstico na família, por equipamentos sociais que melhorem a vida de pais, mães e filhos. É tratar de romper o círculo vicioso da dependência econômica e social, da discriminação e da submissão. É lutar por uma sociedade mais justa.

Creio que é importante explicar como vejo o PT: não como um espaço de 'especialistas da política', mas o lugar onde mulheres e homens, partindo de suas práticas cotidianas, de suas lutas nos movimentos sociais, constroem uma estratégia para transformar a sociedade.

A luta por salários iguais para trabalhos iguais — uma reivindicação das mulheres — para ter êxito precisa de um movimento de mulheres trabalhadoras forte. Precisa de sindicatos abertos às manifestações das bases, sem cupulismo ou peleguismo. Assim, as reivindicações das mulheres não são apolíticas, elas se articulam com os projetos políticos, com a maneira de fazer política.

Assumir o caráter político de nossas reivindicações e lutas não é propor que os partidos — e o PT entre eles — decidam o que querem as mulheres, o que quer o movimento. Não, o movimento é que decide, e isto é ser autônomo. Mas a nossa prática, aquilo que pensamos e fazemos no movimento, tem a ver com nosso projeto de sociedade, com as nossas concepções mais gerais sobre as formas de luta.

Eu concordo com Sartre quando ele diz, numa entrevista a Simone de Beauvoir, que considera normal a existência de divisões no movimento feminista mas

que as feministas têm pouca base social e precisam ganhar as massas para que possam abalar a sociedade de forma radical. Acho que essa idéia tem muito a ver com uma concepção de articulação da luta feminista com a luta de classes.

Não é preciso estar num partido para ser feminista, para localizar a opressão das mulheres na sociedade capitalista. Mas essa não é a única opressão que existe na sociedade, por isso é preciso juntar as lutas, entender suas ligações.

Não serei uma mulher liberada, com as melhores condições para exercer minha profissão, enquanto outra mulher ficar em casa de plantão, cuidando do meu filho para que eu possa ir a uma reunião de sociólogos.

É preciso lembrar também que os partidos não são paraísos de justiça no meio de uma sociedade injusta, mas neles se reproduzem práticas autoritárias, idéias machistas, preconceitos. Os partidos não são perfeitos e no PT é preciso também construir um feminismo a cada dia.

Evidentemente, hoje há menos preconceitos contra as feministas e muitos temas "malditos", como o aborto e a sexualidade, já têm legitimidade como temas políticos. Mas isso não quer dizer que não haja no próprio partido divisão sexual de tarefas, do tipo os homens discutem, as mulheres secretariam.

Conseguimos formar em São Paulo uma Comissão para o trabalho de mulheres no PT, fizemos encontros, trocamos experiências com as companheiras de Minas e do Rio. Estamos tentando uma prática que não isole as mulheres num departamento feminino, mas assegure no partido um espaço para a discussão e a mobilização em torno das lutas das mulheres. A democracia interna é o nosso trunfo e é também um cavalo-de-batalha de nossa proposta de uma política aberta e anti-autoritária.

Observações que ainda necessitam de confirmação levam a crer que, pelo menos em São Paulo, o PT é um partido em que as mulheres são maioria. Há muitas mulheres nos núcleos, na liderança de movimentos, mas ainda são poucas nas direções partidárias. Acho que é ainda insuficiente o peso político das mulheres, o que nos remete a um problema ainda pouco discutido: como enfrentar a desigualdade, como romper os mecanismos subjetivos e objetivos de discriminação?

Para mim, o primeiro passo é romper as contradições entre vida privada e vida pública. Temos que participar mais, falar mais, aprender a fazer política, não apenas para aprender as regras do jogo, mas para modificá-las também. E essa não é só uma questão teórica. É uma questão prática de como organizar a vida militante sem sacrificar os filhos, buscando soluções coletivas, de como legitimar um discurso que não é feito segundo os padrões tradicionais, de como introduzir na 'grande política' as reivindicações esquecidas."



Foto L. Gevaerd

Política é assunto de mulher?

Adelaide Sales, 75 anos, dona-de-casa:

“Me interesse muito pelo assunto, principalmente quando é para falar mal do governo.

Acho que a dona-de-casa, mesmo não sabendo o que é inflação, conhece bem o problema e tem direito de reclamar”.

Com a intenção de desvendar qual é o espaço real ocupado pela mulher na política brasileira, a socióloga Eva Alterman Blay, professora da USP, fez uma pesquisa, cujos resultados acabam de ser publicados pela Avenir Editora, no livro “As Prefeitas”. Aqui, um resumo de seu trabalho.

Nas eleições municipais de 1972, foram eleitas em todo o país 60 prefeitas; nas eleições de 1976, foram eleitas 58. Esse número é elevado se considerado em seu valor absoluto, mas numa perspectiva relativa é insignificante, representando apenas 1,5% do total de prefeitos.

Onde estão as eleitas? O resultado da pesquisa surpreende: são as regiões de menor desenvolvimento econômico, menos urbanizadas e menos industrializadas, as que mais elevam a mulher à chefia do poder local. Nas eleições de 72, as prefeitas foram eleitas principalmente nos municípios do Nordeste — de um total de 60, 47 são daquela região do país. Entre os municípios que elegeram mulheres, 80% têm mais de cinco mil habitantes, porém apenas 10% têm população urbana maior do que a rural.

Ainda na caracterização dos municípios, Eva Blay observou que há uma associação entre a evasão da população masculina e a consequente maioria feminina e a eleição de uma prefeita, comportamento associado a condições específicas, tais como: estreito mercado de trabalho, predominância de propriedades latifundiárias, minifúndios insuficientes para a fixação de grupos familiares completos, áreas de baixa rentabilidade, inexistência de alternativas econômicas locais e reduzido significado político do poder local.

Analisando a caracterização sócio-econômica das prefeitas, a socióloga observou que, se comparadas aos homens que ocupam Prefeituras, as mulheres provêm de camadas sócio-ocupacionais mais baixas. Entre as que exercem atividade econômica, predominam, pela ordem, as professoras primárias “leigas”, funcionárias públicas e profissionais liberais. Curiosamente, é alta a incidência de mulheres que dizem ter “profissão doméstica” para, em seguida, revelarem o desempenho de atividades econômicas variadas. O que indica que mesmo mulheres politicamente engajadas em novos papéis e economicamente atuantes, ao se autodefinirem, privilegiam os estereótipos em vigor a respeito dos papéis que “devem” ser desempenhados pelo sexo feminino.

De pesquisas e entrevistas com 13 prefeitas, Eva Blay chegou à definição de três situações típicas, cada uma se referindo a uma categoria de participação da

As prefeitas



Ilustrações Eliana Paiva

mulher na política local: a prefeita coronel, a prefeita-esposa e a prefeita por iniciativa própria.

A prefeita coronel surge num desvio da família do “chefe político local”. Ela assume a posição de seu grupo familiar, seja daquele onde nasceu, seja daquele ao qual passou a pertencer através do casamento. Um exemplo é o de uma prefeita baiana, mulher e nora de ex-prefeitos e vereadores. Ela fala: “Dizem que constituímos uma família, ou uma capi-

tania hereditária. São 40 anos de influência política”.

A prefeita esposa não se apresenta com o mesmo orgulho. Aqui se incluem as mulheres que, mesmo a contragosto, até profundamente contrariadas, sujeitam-se a participar do jogo político, cumprindo uma determinação — a do marido que, por razões diversas, não pode se candidatar a cargos eletivos. A prefeita esposa não decide por si mesma seu futuro político e, em geral, quer livrar-se do fardo incômodo. Diz uma prefeita cearense: “Não gosto de política, mas para obedecer ao esposo e aos amigos, então fui escolhida.”

O tipo mais frequente na pesquisa de Eva Blay, contudo, foi o de mulheres que entram para a política por iniciativa própria, incentivadas por antecedentes familiares ou por condições de vida. As atividades ligadas ao ensino, à assistência médica, sanitária, educativa ou religiosa acabam dando popularidade a certas mulheres, introduzindo-as na política.

Um exemplo típico desse caso é o da prefeita que começou a se interessar pelo assunto quando aprendeu a aplicar injeções. Depois passou a distribuir remédio contra malária e alimentos para os pobres, até que um amigo incentivou-a a se candidatar.

São justamente as prefeitas por iniciativa própria as que enfrentam maiores problemas de oposição e pressão por causa da condição feminina. Uma das entrevistadas conta que os irmãos a consideram responsável pela mãe idosa e doente e acham que a Prefeitura a impede de ser “boa filha”. Outra lembra-se da acusação de ser amante de um funcionário da Prefeitura, cuja esposa a apontava como “ladra” de seu marido. O mandato só não foi perdido porque houve acirrada disputa envolvendo todo o município.

Na parte final do livro, de conclusões e perspectivas, Eva Alterman Blay contesta a afirmação corrente de que a emancipação feminina — da qual um dos sintomas é justamente a participação política — só se dará quando a estrutura econômica e industrial do país se expandir. Lembrando que as prefeitas são eleitas principalmente nos estados mais pobres, menos industrializados e urbanizados, Eva diz: “A emancipação política feminina se dá quando à mulher se criam condições de participação, mesmo que seja pobre o estado econômico de desenvolvimento”.

A socióloga afirma também que a participação feminina nas Prefeituras surgiu muito espontaneamente no período em que o município deixou de interessar à política da camada dominante e em que o poder local ficou desprezado pelo estado autoritário e centralizado instalado no país.

Política é assunto de mulher?

Lurdes Quiosi, 36 anos, dona-de-casa:

"Eu não tenho tempo pra falar sobre isso com ninguém. Vivo num sítio, e passo o dia trabalhando. Quando venho pra cá, é pra levar minha filha de seis anos ao hospital. Mas eu acho que as mulheres que podem devem caminhar para frente. Gosto de saber que as mulheres estão se mexendo".



A escolha das francesas



Desde o início da campanha, o MLF apoiou a candidatura Mitterrand.

Nas recentes eleições presidenciais na França, as feministas deram uma lição de anti-sectarismo ao apoiar a candidatura de François Mitterrand, diz a antropóloga Ruth Cardoso. Neste artigo, ela reflete sobre a atitude das francesas e aponta rumos para o relacionamento entre o feminismo e os partidos.

O MLF conseguiu, ao apoiar Mitterrand desde o início da campanha, superar esta limitação. Apoiar uma candidatura feminina no primeiro momento para no segundo turno reforçar a votação do Partido Socialista deixaria a consciência feminista mais tranqüila, porém teria diminuído a eficácia política do gesto. Não que enfraquecesse o poder de negociação direta das mulheres. Diminuiria, sim, a força da presença da esquerda como uma alternativa viável de poder.

A lição que aprendemos com as francesas é a seguinte: a prática política deve tecer os fios que as unem à luta geral pela transformação da sociedade e os movimentos libertários. E cada momento exige uma forma diferente para esta trama.

Em outras palavras, talvez seja correto procurar apoiar uma candidatura feminina. Cabe ao movimento de mulheres definir sua estratégia em cada caso a partir de seus interesses diretos, mas sem perder de vista o desejo de transformar a sociedade em seu conjunto.

Se o movimento de mulheres se quer político, deve assumir também a responsabilidade da reflexão sobre o campo de força em que atua, estabelecendo seus parâmetros de ação e não tomando-os de empréstimo aos partidos. Posto isto, é preciso, sem perder sua identidade, colaborar com eles, reconhecendo-os como canais democráticos de expressão da vontade popular.

Quando o MLF escolheu Mitterrand e não as mulheres-candidatas, estava reforçando sua própria autonomia. Não negociou manifestações especiais dos partidos sobre o feminismo porque sua luta vai continuar fora deles. As feministas não alimentavam ilusões quanto à extensão de seu acordo com os militantes dos partidos. E nem mesmo faziam distinções significativas entre os partidos de esquerda nesta matéria. O que estava em jogo era a possibilidade de dinamizar a sociedade, de sacudi-la abrindo espaço para a manifestação de idéias libertárias. E isto também é um princípio do feminismo.

Enfim, a França renovou nossas esperanças no socialismo talvez porque mostrou um novo processo de mobilização política em que as mulheres e outros setores organizados da sociedade civil encontraram um lugar na política que não as isolou nem as imobilizou.

O desafio está posto e nós, de outros países, vivendo, infelizmente, condições bem diversas, devemos aprender a lição do anti-sectarismo e procurar abertamente o nosso caminho.

Ruth Cardoso

No final deste ano veremos, com toda certeza, fotos das comemorações da vitória de Mitterrand nas eleições francesas, em todas as publicações que apresentarem uma retrospectiva dos fatos marcantes deste período. Como em maio de 1968, neste mês de maio a França saiu repentinamente de sua rotina para, com muita alegria, trilhar novos caminhos.

A vitória eleitoral de Mitterrand, entretanto, não foi uma explosão casual que rompeu a tranqüilidade cotidiana. A sociedade francesa como um todo desejava mudanças e alguns movimentos organizados mas não partidários foram canais de expressão deste desejo de transformação. O movimento de mulheres foi um desses canais. Criou-se uma nova forma de relacionamento entre os partidos e alguns setores sociais, que talvez só tenha sido possível porque o fracasso do programa comum da esquerda em 1978 mostrou uma certa esclerose da esquerda tradicional.

Os movimentos sociais, entre os quais os grupos feministas se destacam, tiveram desde os anos 60 uma grande importância política sem ter tido jamais qualquer poder de transformação global. Voltados para a crítica do cotidiano e reivindicando o fim das discriminações baseadas em sexo, raça ou idade, estes movimentos voltaram as costas para a política tradicional e mostraram sua for-

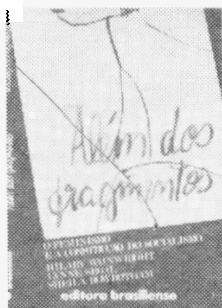
ça propondo um novo estilo de sociedade. Tiveram realmente uma grande influência mas, é preciso reconhecer, caminharam isolados uns dos outros, travando lutas paralelas que não se somaram.

As mulheres francesas compreenderam essas limitações e decidiram correr o risco de tentar novas formas de participação política, procurando uma aproximação eleitoral apesar da generalizada desconfiança com relação aos partidos. Mesmo uma análise superficial indicava que a vitória da esquerda abriria mais espaço para as reivindicações sociais. Estava então colocado para as mulheres o desafio: entrar no jogo eleitoral sem perder sua autonomia.

O MLF (Movimento de Liberação das Mulheres, grupo ligado à Editions des Femmes), depois de muitas discussões internas, apoiou a candidatura socialista desde o primeiro turno eleitoral. Não foi uma decisão fácil, uma vez que três mulheres eram candidatas, duas por partidos de esquerda (o Partido Socialista Unificado e Luta Operária), e uma delas com um passado feminista. Este apoio significou um rompimento com o estilo de ação política dos movimentos sociais que, em geral, tomam posição a partir de uma ótica particularista e só aceitam como seus representantes aqueles que viveram as discriminações e os estigmas que estão denunciando.



Além dos fragmentos
— O feminismo e a
construção do
socialismo, de Hilary
Wainwright, Lynne
Segal, Sheila
Rowbotham.
Prefácio de Carmen
Barroso, tradução de
Hettor Ferreira da
Costa. Editora
Brasiliense, SP, 240
p., 700 cruzeiros.



Minha tia da Inglaterra

A situação de subordinação econômica do Brasil nos coloca as vezes unicamente, na posição privilegiada de podermos tentar alguns saltos — ao menos no domínio das discussões teóricas. Numa sociedade onde o Estatuto dos Direitos do Homem não tem plena vigência, as mulheres começam a lutar pelo reconhecimento de seus próprios direitos, ao mesmo tempo em que fazem a crítica dos fundamentos liberais desses direitos. Isto é, no mesmo movimento em que tentamos conquistar para nossa sociedade como um todo os direitos políticos garantidos a cidadãos de outras sociedades há algum tempo, procuramos incorporar a crítica aos aspectos negativos de algumas instituições que têm assegurado o andamento dessa experiência. Em suma, gostaríamos de poder conquistar as vantagens de uma democracia e de nos descartarmos de suas desvantagens — o que, se é muito complicado, não deixa de ser interessante e talvez até seja possível.

O ensaio de Sheila Rowbotham, "O movimento de mulheres e a organização para o socialismo", num livro conjunto com Hilary Wainwright e Lynne Segal, traz excelente contribuição para esse debate. Situando o movimento feminista inglês dos últimos 20 anos dentro de seu contexto histórico e político, ela faz uma análise (que esperamos poder ver feita para o Brasil em algum momento) sobre as relações entre as várias tendências políticas da esquerda e os movimentos de mulheres.

No primeiro ensaio do livro, Hilary Wainwright tenta explicar por que "além dos fragmentos": trata-se de entender teoricamente a conexão entre opressões bem diferenciadas (sexual, racial, salarial, etc.) e de lutar politicamente contra elas, sem perder de vista suas especificidades. Se um primeiro passo do movimento feminista foi afirmar os direitos individuais dizendo: numa sociedade de iguais, temos os mesmos direitos (legais, salariais); o passo seguinte parece ser: somos um coletivo de pessoas interessadas na manutenção dos direitos conquistados para todos, desde que se possa descobrir uma maneira de incorporar as diferenças a essa igualdade. "Precisamos ajudar-nos uns aos outros — estamos em lados separados do mesmo areal movidoço", diz Sheila.

E é a ênfase numa visão teórica que não se confunda com as "torres da academia" ou a "autoridade fossilizada do sectarismo", mas que provenha "da experiência de nossas vidas, da sabedoria anterior de outros e do movimento pela transformação", que, segundo ela, está a melhor contribuição do movimento de mulheres para os movimentos políticos em geral. Criticando o leninismo vigente na esquerda, escrevendo sobre a "forma-

ção de quadros", a criação do "revolucionário profissional" ou sobre a relação entre "vanguarda" e "consciência", Sheila tenta mostrar como esses movimentos põem em questão toda uma forma de organização política que desconhece a importância da vida pessoal.

Ela se pergunta se não seria melhor deixar passar suas (nossas) dúvidas a respeito de tudo isto e se não é melhor calar, já que não há nenhuma receita alternativa para os modelos estabelecidos de organização política e apenas a esperança de que se possa transformar a experiência fragmentada de milhares de mulheres inglesas numa atuação mais efetiva para a transformação de sua sociedade. "Estou tropeçando no escuro. Há aquele sentimento de embaraço que experimentei ao escrever a respeito da liberação das mulheres antes de que houvesse um movimento em que pudesse me engajar, em 1968. Mas, desta vez, sinto um peso contra o pensamento. Pressiona meus ombros e meus seios".

E continua: "Surpreendo-me tomando fôlego. Uma espécie de elmo cresce na minha cabeça. As palavras resvalam à minha volta e parecem deslizar sobre a superfície de minha consciência, a menos que eu faça um enorme esforço por determe nelas. A diferença é que agora sei que esses melindres não são uma excentricidade pessoal, mas uma experiência social, e este conhecimento é algo sentido, não apenas alguma coisa de que eu tenha tido uma compreensão intelectual".

Ao contrário do belo filme de Alain Resnais (*Meu tio da América*) que nos dá uma sensação de fatalismo e quase imobilismo, de que somos, afinal, joguetes de forças biológicas que não podemos controlar, o artigo de Sheila Rowbotham nos ajuda a destrinchar algumas das forças sociais que nos constroem e a renovar a confiança em nossas possibilidades de atuar na construção da história.

Pena que a tradução seja tão descuidada, o que pode ser devido à rapidez com que o livro foi editado, na esperança de ser lançado junto com a vinda de Sheila Rowbotham ao Brasil, o que acabou não ocorrendo. (Este comentário foi parcialmente publicado pelo *Leia Livros*)

Mariza Corrêa

CADERNOS DE PESQUISA

A família em questão.
Cadernos de Pesquisa
— nº 37, Organização
de Lia Fukui e
Cristina Bruschini.
Fundação Carlos
Chagas, Maio — 1981.
103 páginas. À venda
na Fundação Carlos
Chagas.



Rumos novos na pesquisa sobre família

O volume 37 dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas é exclusivamente dedicado à família. A edição, organizada por Lia Fukui e Cristina Bruschini, reúne artigos, ensaios, resenhas, comentários e notas sobre pesquisas em andamento elaborados por pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas.

Os aspectos abordados sobre a questão da família são igualmente variados: problemas teóricos coexistem com resultados da pesquisa histórico-documental e da sociológica empírica, com depoimentos, com a experiência clínico-terapêutica.

Essa extrema diversidade de problemas e procedimentos em si mesma é significativa da postura básica que orientou a organização deste Caderno. A família não é considerada um objeto de estu-

do já constituído, mas em constituição; não um conceito do qual se parte, mas ao qual se procura chegar, através da investigação teórica e empírica.

Essa postura, portanto, é, antes de tudo, uma recusa. A recusa de qualquer conceito apriorístico sobre o tema. E por ser recusa, é também extremamente reveladora.

Por muito tempo, os estudos sobre a família estiveram presos na camisa de força das posições simplistas que generalizavam as formas de organização da vida familiar vigentes nas classes dominantes para toda a sociedade e enfatizavam o caráter funcional, harmonioso da instituição familiar e sua necessidade para todos os grupos sociais, nas formas em que era concebida. Não seria de todo errôneo pensar que tal enfoque contribuiu muito para o desprestígio e o abandono que a questão da família sofreu por parte dos estudiosos.

Os artigos reunidos neste volume são uma prova viva de que o desprestígio e o abandono são imerecidos, senão perigosos. Os textos do Caderno, de uma forma ou de outra, procuram repensar nosso conhecimento sobre o tema. Abrem, assim, todo um novo espaço.

Espaço para apontar a existência de formas alternativas de organização familiar nos diferentes grupos e segmentos sociais, em diversos momentos históricos. Espaço para refletir sobre a opressão da mulher, principalmente, mas não exclusivamente, sobre o conflito de papéis, sobre a anulação individual — processos que, ao que tudo indica, em nossa sociedade, são inerentes à constituição do grupo doméstico.

Espaço também para redimensionar a tão propalada "crise da família", sobre a qual muito se fala, mas pouco se conhece. Afinal, qual família está em crise? A das classes dominantes? A das classes dominadas? Como caracterizá-la? A crise da qual tanto se fala não será a crise de um modelo de família, aquele mesmo que vem sendo veiculado/imposto para toda a sociedade através dos mais variados canais, entre eles a própria escola?

Assim, repensando, polemizando, redimensionando ângulos e aspectos, os diversos trabalhos, na verdade, vão revelando a face política da família.

A dimensão política da esfera privada esteve ausente durante muito tempo dos estudos realizados, mas jamais foi ignorada pelo poder constituído. Prova disso são as tentativas de controle direto ou indireto sobre a família realizadas pelo Estado e pela Igreja em momentos diversos de nossa história. Tais tentativas são também objeto de análise em alguns artigos que integram o volume.

Como observam Lia Fukui e Cristina Bruschini na apresentação deste número dos *Cadernos de Pesquisa*, "todos os artigos, respeitando suas diferenças, propõem novas trilhas para repensar a família; no entanto, não esgotam a questão".

Não cremos que a questão da família se esgote tão cedo. Na verdade, não cremos que nos devam preocupar em esgotá-la no estágio presente dos estudos.

Há ainda muito trabalho a fazer, temos ainda muito o que aprender antes que os resultados parciais das diferentes pesquisas empíricas, das reflexões teóricas, da análise histórica possam ser reunidos de modo a formar um conjunto integrado do ponto de vista teórico-metodológico.

O mais importante, no momento, é que os pesquisadores envolvidos com o tema família possam trocar opiniões e informações; o importante é que haja divulgação permanente das pesquisas em curso.

Este trabalho já começou. E bem, como o demonstra a publicação deste Caderno.

Elisabete D. Bilac e Maria do Rosário R. Salles.



A Caça às Bruxas, de Lillian Hellman. Editora Francisco Alves, Coleção Presença, Rio de Janeiro, 1981, 95 páginas.

A coragem de Lillian Hellman, sem medo da fragilidade

Embora seja triste recordar um período tão doloroso da história norte-americana como foi o macartismo, é bom tomar conhecimento do corajoso papel nele desempenhado por uma mulher.

Conhecida como "caça às bruxas", a época dominada pelo senador Joseph MacCarthy foi marcada pela perseguição indiscriminada, irracional e violenta a todos os que, direta ou indiretamente, tivessem algum tipo de ligação com o comunismo.

Contando entre seus membros com algumas figuras que tiveram posterior-

mente destaque na política norte-americana, como o do futuro presidente Nixon, o Comitê da Câmara contra Atividades Antiamericanas teve sua fase de maior importância a partir de fins da década de 40 até meados de 50. Foi responsável por um dos maiores expurgos políticos desencadeados nos Estados Unidos e concentrou suas forças na caça a atividades ou pensamentos marxistas, sobretudo nos meios artísticos. Guiados por um medo doentio, obsessivo, de tudo aquilo que significasse uma aproximação com o bloco soviético, os membros do Comitê chamavam a depor toda e qualquer pessoa que estivesse sob a menor suspeita de ter estado ou falado com um "comunista". Os que tiveram seus nomes inscritos na "lista maldita", se não foram parar na prisão, acabaram por perder seus empregos, amigos e a maior parte dos bens.

Lillian Hellman, nascida em Nova Orleans em 1935, é uma dramaturga de sucesso, várias vezes premiada pela crítica norte-americana. Tornou-se mais conhecida do público brasileiro após o filme Júlia (em que é interpretada por Jane Fonda), baseado em suas memórias.

Neste A caça às bruxas, Hellman relembra sua vida "nesse período triste, cômico, desgraçado de nossa história", o macartismo. Ela própria diz, no começo do livro, que não pretende analisar ou tirar conclusões históricas de suas lembranças, mas, simplesmente, tentar "exorcizar os fantasmas" do passado.

Convocada a depor perante o Comitê da Câmara, em maio de 1952, algum tempo depois que seu companheiro, Dashiell Hammett, havia ido para a prisão, Lillian Hellman teve uma atitude digna e nobre, não muito comum numa época em que, para salvar a própria pele, a maioria dos acusados acabava por indicar, a esmo, outros possíveis envolvidos. Coloca-se inteiramente à disposição dos investigadores para depor sobre sua própria vida, mas recusa-se categoricamente a responder a qualquer pergunta que pudesse vir a incriminar outra pessoa. Absolvida, ganha o respeito e a admiração da imprensa, presente no dia do seu depoimento, e do público, que a ovaciona em sua primeira aparição, dias depois. Sofre, porém, desde então, as consequências de fazer parte da lista maldita, principalmente pela drástica redução de seus rendimentos. Anos mais tarde, ela mesma diria: "Recuperei-me, e até mais, no que diz respeito a dinheiro e trabalho... Recuperei-me apenas em parte do choque recebido".

O depoimento é humano, comovente, sincero. Mostra uma mulher livre, independente, que vive uma relação amorosa profunda e estável, mas na qual se mantém intacta sua identidade feminina. Apesar de revelar atitudes corajosas, nem por isso deixa de sentir calafrios, vertigens e cólicas de medo ao enfrentar os algozes que poderiam arruinar sua vida.

Cristina Bruschini

Eva Furnari, desenhando o mundo que a criança vê

Esconde-Esconde, Cabra-Cega, De vez em Quando, Todo Dia, de Eva Furnari, Editora Ática, Coleção Peixe Vivo, 1980

No Brasil, mesmo quem deseja (são muitos) e pode (como são poucos!) comprar livros encontra uma grande dificuldade se o seu interesse se voltar para publicações destinadas a criança em idade pré-escolar, o chamado "pré-leitor".

Tais publicações, que vão familiarizando a criança com o objeto livro — o material, a capa, a cor, a ordenação das páginas, o manuseio —, são raras entre nós. Importantes, é claro que são. Mas isso, dirão, é um outro problema — as leis do mercado comandam o espetáculo.

Apesar disso, Regina Mariano, uma das mais lúcidas editoras de literatura infantil no país, conseguiu furar o bloqueio e, sensível para a beleza dos trabalhos da Eva Furnari, publicou-os, inaugurando a Coleção Peixe-Vivo, da Ática.

Conseguir romper resistências do mercado editorial, que não publica normalmente para essa faixa etária, é em si bastante positivo. Mas a coisa não para aí, felizmente. A coleção Peixe-Vivo não só existe como também é de extremo bom gosto, qualidade que se deve evidentemente ao talento da estreante Furnari.

E o bom gosto começa pela eliminação de elementos "decorativos" no desenho, atitude muito comum em ilustradores para crianças. Em geral, quer-se fazer o "bonito" e, pior, o "bonitinho" e, como sempre em tais casos, faz-se é a sagração do estereotipado. Eva Furnari centra sua atenção

nas ações, que devem falar, uma vez que as histórias não possuem texto escrito.

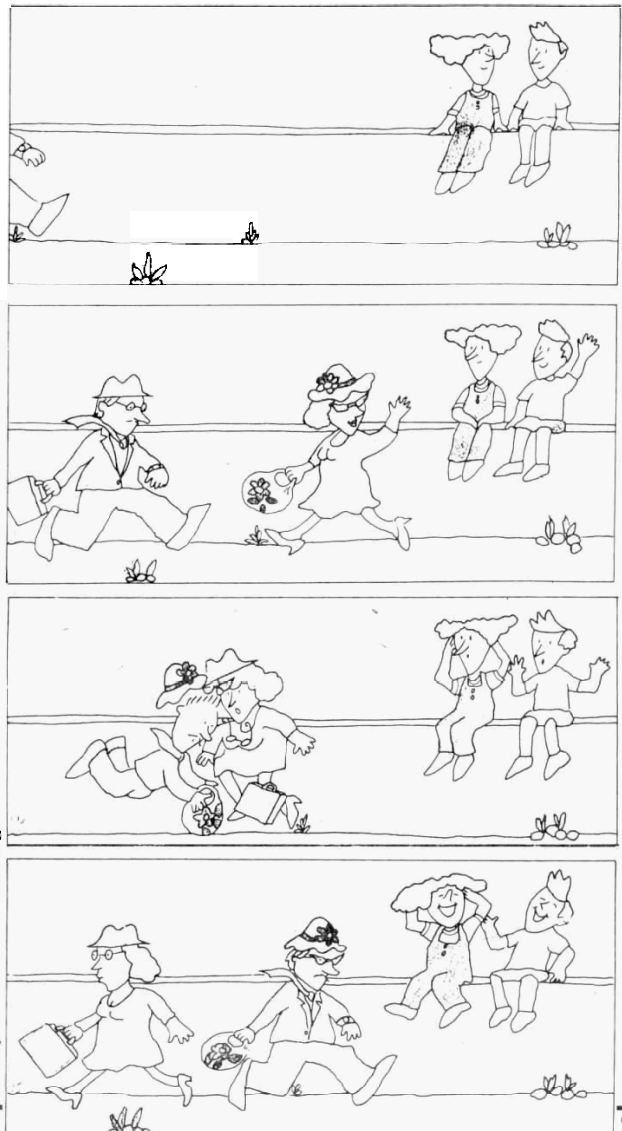
O despojamento da retórica fácil, na produção cultural para criança, só é possível quando o autor não está apoiado em uma visão reduzida da infância. Este é, felizmente, o caso de Eva Furnari, conforme se depreende da leitura de seus textos. Sua criança está viva, briga, corre, bate, apanha e faz as pazes, chora e ri e agride e é terna, tudo facilitando a identificação com o pequeno leitor que se pode reconhecer no texto.

Essa visão de criança, se é importante para os resultados estéticos da obra, é também importante porque coloca a criança e seu universo como centro de preocupações, coisa que nem sempre ocorre em outras visões refletidas pela literatura infantil e nas quais a ordem social dominante é privilegiada.

Assim, a postura da autora leva à superação dos conflitos que a ordem social dominante impôs: adulto X criança; homem X mulher; produtor X não produtor. Homem brinca com mulher, meninas participam de jogos com meninos em igualdade de condições, pai pode demonstrar afeto pois isso não é coisa só de mulher, ou criança. Assim, o leitor vê individualidades aflorando acima dos estereótipos sociais, sem privilégios — única forma possível de humanização verdadeira.

Os livros são compostos exclusivamente de imagens que mostram diversas situações envolvendo crianças. E compete ao leitor dar o tom à história, projetar aí suas experiências conscientes e/ou inconscientes. O livro solicita, assim, uma leitura aberta e um leitor disposto a jogar, atividade essencial à faixa a que se dirige. Além disso, a criança pode contar a sua versão a outras pessoas — pais, tios, avós, irmãos, etc —, tornando a leitura um momento gostoso de troca.

Edmir Perrotti



Ilustrações do livro "Cabra-Cega"

MULHERES EM AÇÃO

No Rio, notícias pelo telefone — Se você morar ou estiver no Rio, disque 274-0905 a qualquer hora do dia ou da noite e ouvirá uma gravação sobre o que está acontecendo no movimento de mulheres na cidade — reuniões, debates, lançamentos de livros, projeção de filmes, festas etc. As "respondonas do Coletivo", como se auto-intitularam as criadoras do serviço, ligadas ao Coletivo de Mulheres do Rio, renovam a gravação semanalmente. Quem quiser divulgar algum evento deve telefonar para o mesmo número e deixar gravada sua programação. Esse sistema já funciona há vários anos em Paris, onde se renovam as notícias diariamente.

Desvendando o mistério do corpo — Conhecer o próprio corpo, aprender a se auto-examinar, estudar as doenças ginecológicas mais frequentes e tentar curá-las com plantas e remédios caseiros — esses são alguns dos objetivos do SOS Corpo, formado por 10 mulheres que vêm se reunindo há quase um ano em Recife (R. Prof. Antônio Coelho, 139, apto. 202, Cidade Universitária). A experiência já está frutificando: a partir do grupo inicial, surgiram mais três grupos — um de médicas, um de moradoras do bairro popular de Jenipapo e outro de grávidas. As participantes do SOS Corpo lançaram em julho um caderno bonito e didático sobre o corpo da mulher, com tópicos sobre anatomia, ciclo menstrual, cura alternativa de infecções vaginais e pronto-socorro vegetal. No caderno há também depoimentos sobre as transformações pelas quais as mulheres passam quando começam a fazer o "auto-exame" ginecológico.

Os SOSs, multiplicando-se — A partir da experiência paulista, feministas do Rio e de Belo Horizonte estão montando SOSs para o atendimento de mulheres vítimas de violência. No Rio, a idéia surgiu na Comissão Violência Contra a Mulher (endereço para correspondência: Caixa Postal 4680 — 20.000), que realizou uma festa para levantar recursos e montar a entidade. Em Belo Horizonte, o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (Av. Álvares Cabral, sala 1404) também está se mobilizando para conseguir um telefone e montar o SOS. Ambos os grupos estão preocupados em evitar uma prática assistencialista e refletir mais sobre a proposta feminista de atendimento à mulher violentada. Essa preocupação é compartilhada pelo SOS de São Paulo, que agora está em novo endereço: Praça Benedito Calixto, 56, Pinheiros, fone 813.9520. E pelo SOS de Campinas, à rua General Osório, 1.212, 10º andar, fone 81-0793.

Dirigentes de vendas — Num total de 53 conselheiros, a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB) elegeu em novembro uma conselheira, a única mulher, Ana Luíza Fonseca. Resultado: agora, a ADVB está desenvolvendo um dinâmico trabalho junto à mulher. Criou uma bolsa de empregos específicos para mulheres, que pode ser utilizada gratuitamente pelas empresas. Instituiu um plantão semanal, na sede da entidade, de uma advogada especializada em assuntos da família. E programou uma série de palestras sobre a questão feminina. O ciclo começou em agosto, com uma palestra de Raquel Moreno sobre sexualidade, e prosseguir no dia 9 de setembro

com uma palestra de Iredé Cardoso, no dia 7 de outubro com Rose Marie Muraro e no dia 21 de outubro com Heleneida Studart, sempre às 14,30 horas. Endereço da ADVB: Av. Rebouças, 2259, SP, fone 883.2666.

CULTURA

"Elas por Elas" sai do ar — Uma ouvinte falava ao telefone da rádio, mas suas palavras foram subitamente cortadas e substituídas por música. Acabou assim, violentamente, no dia 9 de agosto, o programa "Elas por Elas", transmitido diariamente durante um ano e meio pela Rádio Mulher de São Paulo, primeiro com Iredé Cardoso, depois com Maria Rita Kehl, ambas psicólogas e jornalistas.

Durante o tempo em que permaneceu no ar, "Elas por Elas" foi um canal aberto para a expressão direta das angústias e medo das mulheres das classes popular e média que o ouviam. Diz Maria Rita: "Mulheres que cresceram através do diálogo, não simplesmente com as apresentadoras do programa e seus convidados, mas sobretudo entre elas, na troca de experiências, opiniões, conselhos e fragilidades".

O corte do programa foi determinado pelo novo diretor da emissora, J. Silvestre, que voltou recentemente dos Estados Unidos, disposto a "não inovar, não arriscar, não propor", mas a "dar ao povo aquilo de que o povo gosta". Ainda é Maria Rita quem diz: "E dá-lhe programação 'nova': crime, astrologia, romantismo açucarado, apelos à fé e à culpa do povo brasileiro."

Livros novos — Uma boa notícia: a produção literária de mulheres, abordando a vivência feminina, está crescendo. Recebemos em nossa redação três livros novos, que posteriormente serão resenhados. Por enquanto, fica o registro. Núbila N. Marques, presidente do Centro da Mulher Sergipana, está lançando "O Passo de Estefânia", pela Editora Achiamé, história romaneada de uma assistente social que trabalha no Nordeste e de sua experiência da repressão. Marilza Ribeiro, psicóloga, jornalista, pertencente à Associação de Mulheres de Cuiabá, nos enviou "Corpo Desnudo", composto de poesias sobre o seu cotidiano de mulher. E Anilda Leão, membro da Academia Alagoana de Letras, mandou de Maceió o livro "Riacho Seco", de contos. Na dedicatória, ela afirma lutar para que "a mulher não seja uma eterna prisioneira de tabus e preconceitos".

Grávida de idéias e sons — A compositora e cantora Joyce continua retratando, em suas músicas, vários aspectos da condição feminina. Veja um trecho de "Eternamente Grávida", música incluída em seu último LP, "Água e Luz": "É bom estar eternamente grávida/de filhos, de idéias e de sons/em plena criação, no meio de uma festa/que é sempre esta função de dar à luz".

Artistas plásticas — As mulheres que trabalham com artes plásticas têm agora mais um espaço para mostrar sua produção: a Casa da Mulher, em São Paulo, vai inaugurar na última semana de setembro sua galeria, com uma mostra coletiva de Amélia Toledo, Eli Bueno e Mary Dritschel, entre outras. Depois, Joseli de Carvalho trará de Nova Iorque seus trabalhos para uma mostra individual. E no início de outubro Sheila Leiner e Mário

Schemberg debaterão a produção de arte da mulher.

A galeria pretende cobrar apenas 15% dos trabalhos que forem vendidos (o normal é 30%), e quem estiver interessada em expor deve procurar Anésia Pacheco Chaves (fone 255-0902) ou Ester (fone 66-5957), em São Paulo. Endereço na Casa: R. Almirante Marques Leão, 807, Bela Vista.

Lygia na Academia — Lygia Fagundes Telles, autora de "Ciranda de Pedra", "As Meninas", "Seminário de Ratos" e "A Disciplina do Amor", entre outros, é o mais novo membro da Academia Paulista de Letras. Ela foi eleita no início de agosto, por 29 dos 35 acadêmicos que votaram.

PESQUISA

Um pedido: colaborações — A revista "Resources for Feminist Research" está solicitando colaborações para um número especial sobre a mulher rural. Resumos de pesquisas em andamento, pesquisas publicadas, informes ou resenhas de livros podem ser enviados para a editora encarregada dos países subdesenvolvidos: Eleonora Cebotarev, Department of Sociology, University of Guelph, Guelph, Ontário Canadá N1G ZW1.

Quem tem dinheiro — Quais são as instituições que financiam projetos, programas ou atividades com mulheres? Um amplo levantamento sobre isso foi feito por Joanne Sandler, do "International Women's Tribune Center, Inc." e Marilyn Richards, do "Secretariat for Women in Development", e os resultados estão na publicação "Funding issues for women's projects", que encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da Fundação Carlos Chagas. O caderno aborda, entre outras, questões como as restrições para utilização dos recursos das fontes financiadoras, prioridades de cada uma das agências, financiamento de pessoal administrativo e regiões de interesse das agências.

Esta publicação completa as informações já publicadas por essas mesmas entidades internacionais sobre financiamento de projetos com mulher: "Recursos de financiamento para proyectos de la mujer en desarrollo" e "European funding resources for women in development projects", que também podem ser consultadas na Biblioteca da Fundação.

IMPRENSA

A liberdade de comprar fubá — A repórter Vera Artaxo, do Folhetim (Folha de S. Paulo), saiu às ruas de São Paulo para perguntar a diversas pessoas "o que é ser livre". A maioria das mulheres entrevistadas relacionou liberdade ao estado civil, com vantagens para as solteiras. "Ser livre é ser solteira, porque em mulher casada o marido manda. Se eu quero continuar livre? Ah, isso depende...", disse Geni Machado, de 18 anos. Já Solange Martins, 26 anos, professora, respondeu: "Liberdade é a gente ir ao supermercado com marido e poder comprar fubá. Não estou brincando, não! Hoje mesmo aconteceu isso. Sou eu quem cozinho, faço tudo, e ele é quem decide que não vamos comprar fubá porque ele não quer".

A nova imagem para Lindomar Castilho — A revista *Doçura*, em sua edição de agosto, traz uma reportagem sobre Lindomar Castilho, assassino de sua ex-mulher, Eliane de Grammont, mostrando que vários disc-jóqueis estão incluindo nas programações diárias, durante várias vezes, músicas interpretadas pelo cantor, especialmente "Santa Maria do Brasil", uma prece gravada num tom emocionante, quase um cântico de igreja: "Tua imagem desperta a fé em todo mundo/Desde o mais importante dos homens ao vagabundo/Com teus braços de mãe protegi nossas crianças/Que nasceram para dar ao Brasil mais esperança". Essa música tende, aos poucos, a modificar a imagem do cantor, pois ele sempre fez sucesso com boleros que falam em tragédia e dor de cotovelo, como "Nós somos dois sem vergonha", "Você é doida demais", "Vou rifar meu coração".

Doçura, editada em São Paulo, está, por sua vez, se firmando cada vez mais no mercado editorial pela seleção de assuntos que aborda, tratados sempre com uma boa técnica jornalística. Veja, por exemplo, as matérias publicadas em agosto: uma entrevista com Marta Suplicy sobre seu trabalho na TV Mulher; uma descrição do trabalho do SOS, em São Paulo; depoimentos de mulheres que apanham do marido ou sofreram agressões sexuais; uma entrevista com Marli Soares, empregada doméstica que luta para punir os policiais assassinos de seu irmão; e o resumo de uma pesquisa sobre a imagem da mulher na música popular brasileira, e mais a reportagem sobre a nova imagem de Lindomar.

●●
Recortes para as latino-americanas — Surgiu no México, em julho, mais uma iniciativa para aumentar o intercâmbio entre as mulheres latino-americanas: a publicação mensal de um boletim de recortes de matérias publicadas pelos jornais sobre a condição feminina. O boletim é editado pela Unidade de Comunicação Alternativa da Mulher, pertencente ao Instituto Latino-americano de Estudos Transnacionais (ILET).

No número zero do boletim, Adriana Santa Cruz explica que seu objetivo principal é "fazer uma caixa de ressonância que permita aumentar o fluxo de informação sobre os temas da mulher". Endereço do boletim: Apartado 85-025, México 20, D.F.

INTERNACIONAL

Aborto na Espanha — O Coletivo de Saúde de Sevilha, na Espanha, está solicitando a mulheres do mundo inteiro que enviem telegramas e cartas de protesto ao Ministério da Justiça espanhol contra a prisão de mais duas mulheres, detidas no dia 14 de julho em Valência, acusadas de prática de aborto.

Em 16 de junho, várias mulheres foram seriamente feridas pela polícia quando estavam fazendo uma manifestação contra o julgamento de 11 mulheres que praticaram o aborto em Bilbao. 432 mulheres estão aguardando julgamento em Sevilha, pelo mesmo motivo. Se você também quiser se manifestar, o endereço é Ministério da Justiça, San Bernardo 45, Madrid 8, Espanha.

●●
Feminismo faz bem — Deu no *New York Times*: o movimento feminista, com pouco mais de 10 anos, teve um efeito benéfico sobre o equilíbrio psicológico e

emocional das mulheres. O jornal cita um estudo realizado pela psicóloga Grace Baruch, da Universidade de Wellesley. A partir de entrevistas com cerca de 300 mulheres, entre 35 e 55 anos de idade, a psicóloga concluiu: "As mulheres que trabalham e, sobretudo, as que têm um emprego gratificante ou valorizado não só manifestam um maior grau de autodomínio e auto-estima como também padecem menos de ansiedade e depressão que as demais". (Extraído do boletim de recortes do ILET, México)

SINDICATOS

Não aos departamentos femininos — Deve-se ou não criar departamentos femininos nos sindicatos? A questão dividiu os participantes do grupo de Direito do Trabalho da I Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), realizada em agosto, em São Paulo. E a decisão, condenando os departamentos, só foi tomada na reunião plenária do Congresso, depois que uma assistente social de Minas Gerais falou: "A classe trabalhadora está dividida entre patrões e empregados e não entre homens e mulheres. Portanto, as discussões devem se dar em conjunto, lado a lado, como está ocorrendo aqui."

A Conclat reuniu cerca de 5.250 delegados de 420 sindicatos urbanos e rurais de todo o País, com a participação de aproximadamente 30% de mulheres. No encontro, os sindicalistas conseguiram, pela primeira vez em 17 anos, discutir seus problemas sem repressão. No final, foi aprovada uma chapa de 54 líderes sindicais que deverá preparar os trabalhos de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na chapa, há duas mulheres: Clara Hant, do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, e Denise, do Sindicato dos Professores do Pará.

ENCONTROS

● A Fundação Carlos Chagas e a PUC-SP estarão promovendo a partir de 12 de setembro um curso sobre "Mulher e Sociedade". As conferências e debates serão realizados aos sábados, das 9 às 12 horas, até o dia 5 de dezembro. Sob a coordenação de Sílvia Pimentel e Carmen Barroso, serão tratados temas referentes à educação, meios de comunicação, família, trabalho, creches, saúde, sexualidade e direito e participação política da mulher na sociedade.

A primeira exposição do curso será feita por Rosiska Darci de Oliveira, da Faculdade de Genebra, Suíça, a respeito do movimento feminista no contexto da educação. Moema Viezzer falará sobre a "Problemática feminina e educação popular"; a jornalista Ireda Cardoso debaterá "A penetração nos meios de comunicação das questões relativas à mulher como resultado do esforço das próprias mulheres"; Carmen Barroso abordará "A Questão da Natalidade", e Sílvia Pimentel, "Mulher e Direito". No encerramento haverá uma mesa-redonda coordenada pela jornalista, advogada e escritora Maria Carneiro da Cunha e composta por representantes de diversos grupos feministas, para debater "O significado político e social dos movimentos feministas". Mais informações podem ser obtidas através de folhetos informativos que serão distribuídos na PUC-SP, Fundação Carlos Chagas e várias outras entidades.

● **Sobre a mulher recai o "dever" de ser mãe e, sobre a mãe, o peso de ser boa mãe.** Para discutir essa questão, o Departamento Cultural do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo vai promover três encontros informais para troca de idéias e experiências sobre "a mãe e o peso da mãe". No primeiro encontro, no dia 14 de setembro, às 20 horas, haverá uma análise do mito de que a mãe é a grande responsável pelo desenvolvimento da criança e das dificuldades que ela encontra para exercer seu papel (falta de creches para a mãe trabalhadora, por exemplo). No dia 21 de setembro, serão apresentados problemas ou situações específicas da mãe casada, da solteira, da viúva, da separada, da prostituta, etc. No dia 28 de setembro, serão discutidas propostas para uma atuação do psicólogo neste campo, seja na produção científica, na divulgação do conhecimento ou em sua própria atuação. Os encontros são abertos a quem estiver interessado. O Sindicato fica na av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084, 2º andar, fone 211.4131.

● A Universidade Federal do Rio Grande do Norte realizará, em colaboração com um jornal local, o 2º Seminário sobre a Mulher no Século XX, nos dias 26 a 30 de outubro. Participarão Ireda Cardoso, Heloneida Studart e Carmen Barroso, entre outras.

● A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais debaterá o tema "Mulher" em seu próximo encontro, nos dias 21, 22 e 23 de outubro, no Hotel Friburgo, Rio de Janeiro. Quem estiver interessada em participar do grupo de estudos "A mulher na força de trabalho" deve procurar sua coordenadora, Neuma Aguiar, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Já o grupo de trabalho "Família e Sociedade no Brasil" está sob a coordenação de Lia Fukui, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo.

● A Comissão de População da União Geográfica Internacional já está aceitando inscrições para sua próxima reunião, que será realizada em São Paulo em 1982, durante a Conferência Regional da UGI. Entre os temas a serem discutidos, está "A mulher, o trabalho e a produção espacial". A organizadora brasileira do encontro é Rosa Ester Rossini, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

● O Instituto Simone de Beauvoir, da Universidade Concordia de Montreal, Canadá, está organizando a Primeira Conferência Internacional de Pesquisa e Ensino sobre a Mulher, a ser realizada de 27 de julho a 4 de agosto de 1982. Em carta enviada a algumas instituições brasileiras, a diretora do Instituto, Mair Vertthuy, pede sugestões sobre o tema do encontro. Endereço para correspondência: Sir George Williams Campus, Nu Annex, 1455 de Maisonneuve Blvd. West, Montreal, Quebec H3G 1M8.

● Será realizado em agosto de 1982, no Rio de Janeiro, o XII Congresso Mundial de Ciência Política, promovido pela IPSA (Associação Internacional de Ciência Política). O Comitê de Pesquisa sobre Política e Papéis Sexuais do IPSA está organizando mesas-redondas sobre: Movimento e Organização de Mulheres; Mulher e Poder; Mulher e Sistemas Políticos; Família e Cidadania. Se você quiser participar e apresentar trabalhos, escreva para Guillermo O'Donnell - IUPERJ — Rua da Matriz, 82 - CEP 22260 - Rio de Janeiro Brasil.

MISTURANDO A DOR E A ALEGRIA

Na peça de teatro, montada por um grupo de amadores de Salvador, uma descrição emocionante mas bem-humorada da violência contra a mulher



Como tratar de um assunto tão deprimente como a violência contra a mulher ser cair nas armadilhas do derrotismo, do pieguismo ou do tom panfletário? A tarefa, aparentemente difícil, foi plenamente conseguida pelos autores da peça de teatro "TV SOS apresenta: Grite fogo!", montada recentemente em Salvador, numa emocionante e bem humorada descrição do processo de violência sobre a mulher, desde a infância até o assassinato pelo marido. Após as duas horas de espetáculo, ninguém consegue ficar indiferente: todos estão particularmente tocados pela questão, e com uma visão bem mais abrangente de suas causas e desdobramentos.

A peça é uma criação coletiva de 22 pessoas, mulheres e homens, ligados ao grupo Brasil Mulher, núcleo de Salvador, quase todos sem nenhuma experiência anterior com teatro. Depois de uma dúzia de encontros em que cada um expressou sua vivência particular da questão e da rápida preparação dos atores, veio a estréia, em plena reunião da SBPC, em julho. O sucesso foi grande: três apresentações sucessivas durante o encontro, durante as quais o público reagia às vezes chorando, às vezes gargalhando, cantando junto com os atores ou levantando-se para demoradas palmas.

Estrutura de televisão

Uma das razões da rápida comunicação com a platéia é, sem dúvida, a estrutura da peça. Ela segue todo o modelo da televisão: tem uma novela, anúncios publicitários e (tele) jornais, que vão se entremeando, sempre com muita música. Consegue assim um ritmo bem dinâmico e vivo, apesar dos limitados recursos técnicos.

Os anúncios repetem comerciais veiculados pela tevê, como o dos homens "exigem Du Loren", o do marido que vai levar um amigo para jantar "aquele picadinho" ou o do sabão que lava mais branco. Pelo jogo de músicas e de interpretação dos atores, contudo, nossa compreensão sobre os valores transmitidos por esses comerciais fica mais clara.

Os fatos relatados nos jornais também são verídicos, como a perseguição do delegado Richetti às prostitutas paulistas (ao som de "Geni" de Chico Buarque), a revolta das operárias da De Millus contra a revista constrangedora a que são submetidas na porta da fábrica pelos guardas de segurança, ou as dificuldades de uma moça estuprada em conseguir provar que não foi ela quem "se ofereceu" ao agressor.

O que mais chama a atenção, contudo, é a novela chamada "Até que a morte nos separe". Ela conta a história de um casal comum, Maria e Ernesto, por meio de flashes rápidos: os noivos felizes e

amorosos no casamento; ela em casa, presa à vassoura e ao avental; as obrigações infundáveis de mãe e esposa, que tem de fazer tudo perfeito para agradar o marido; o primeiro tapa, por causa de uma comida que não estava pronta; as agressões crescentes, por motivos banais como a derrota do time de futebol; as dificuldades de Maria em romper com essa situação, sem dinheiro para sustentar a si e aos filhos e ainda tendo de enfrentar a ideologia transmitida por sua própria mãe, para quem "mulher separada fica falada", e é melhor ter um marido violento do que nenhum; as denúncias inúteis na delegacia; o emprego numa fábrica de confeções, que lhe permite sair de casa com os filhos; e finalmente o inconformismo de Ernesto, que espera Maria na porta da fábrica e lhe dá vários tiros.

Esperança

A morte de Maria — destino trágico de várias marias cujos nomes são mencionados na peça — não impede, porém, que o espetáculo tenha um "final feliz". Um final que aponta a possibilidade de um novo tipo de relacionamento homem/mulher: logo após o impacto do tiro, Ernesto tira a camisa e movimenta-se lentamente no palco, ao som de "Super-homem", de Gilberto Gil ("Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria/ Que o mundo masculino tudo me daria/ Do que eu quisesse ter/ Que nada! Minha porção mulher que

até então se resguardara/ É a porção melhor que trago em mim agora/ e que me faz viver".)

Um final que aponta a necessidade de reagir à violência: atores e atrizes desentrolam e erguem uma faixa com a inscrição "O silêncio é cúmplice da violência", escrita com letras bem femininas, em purpurina.

A música que encerra a peça, de Milton Nascimento e Fernando Brandt, cantada por todos os atores e pela platéia, dá bem a idéia do "astral" que ela transmite:

"Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta.
Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta.
Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter garra sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz no corpo esta marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida."

Adélia Borges

MULHERIO